

FEMINISMO, DIVERSIDADE SEXUAL E SERVIÇO SOCIAL



Coordenadora do Conselho Editorial de Serviço Social
Maria Liduína de Oliveira e Silva

Conselho Editorial de Serviço Social

Ademir Alves da Silva
Dilséa Adeodata Bonetti (*in memoriam*)
Elaine Rossetti Behring
Ivete Simionatto
Maria Lúcia Carvalho da Silva (*in memoriam*)
Maria Lucia Silva Barroco

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Cisne, Mirla

Feminismo, diversidade sexual e serviço social / Mirla Cisne, Silvana Mara
Morais dos Santos. — São Paulo : Cortez, 2018. — (Biblioteca básica de serviço
social ; v. 8)

Bibliografia.

ISBN 978-85-249-2638-9

1. Feminismo - Brasil 2. Identidade de gênero 3. Igualdade 4. Mulheres -
Brasil - Condições sociais 5. Serviço social I. Santos, Silvana Mara Morais dos.
II. Título. III. Série.

18-14644

CDD-361.981

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Feminismo : Serviço social 361.981

Maria Alice Ferreira – Bibliotecária – CRB-8/7964

Mirla Cisne
Silvana Mara Morais dos Santos

FEMINISMO, DIVERSIDADE SEXUAL E SERVIÇO SOCIAL

BIBLIOTECA BÁSICA DE SERVIÇO SOCIAL

VOLUME 8

 **CORTEZ
EDITORA**

FEMINISMO, DIVERSIDADE SEXUAL E SERVIÇO SOCIAL

Mirla Cisne • Silvana Mara Morais dos Santos

Capa: aeroestudio

Preparação de originais: Ana Paula Luccisano

Revisão: Eloisa Riva Moura

Composição: Linea Editora

Assessoria editorial: Maria Liduína de Oliveira e Silva

Editora-assistente: Priscila Flório Augusto

Coordenação editorial: Danilo A. Q. Morales



Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida ou duplicada sem autorização expressa das autoras e do editor.

© 2018 by Autoras

Direitos para esta edição

CORTEZ EDITORA

Rua Monte Alegre, 1074 – Perdizes

05014-001 – São Paulo – SP

Tel.: +55 11 3864 0111 / 3803 4800

E-mail: cortez@cortezeditora.com.br

www.cortezeditora.com.br

Impresso no Brasil – maio de 2018

À Marylúcia Mesquita (*in memoriam*),
pelo legado de luta por diversidade e liberdade,
com paixão e compromisso dedicados ao Serviço Social.

Sumário

Prefácio	9
Introdução	17
CAPÍTULO 1 ■ Fundamentos teórico-políticos da diversidade humana, do heteropatriarcado e do racismo.....	23
1.1 Trabalho, indivíduo e diversidade humana	26
1.2 Patriarcado, divisão sexual e racial do trabalho e as relações sociais de sexo: para além de uma “questão de gênero”	43
1.2.1 As relações sociais de sexo/sexualidade e o conceito de gênero	46
1.2.2 Família heteropatriarcal-monogâmica e o controle sobre as mulheres e a população LGBT	56
1.2.3 Divisão sexual e racial do trabalho	62
1.2.4 Violência contra a mulher	69
1.3 A classe trabalhadora é una e diversa: há sexo/sexualidade e raça	75
1.3.1 Consubstancialidade-coextensividade e interseccionalidade das relações sociais de sexo (e sexualidade)/gênero, raça/etnia e classe	80
Atividades complementares e dicas culturais	89

CAPÍTULO 2 ■ Questão social e diversidade humana na formação socioeconômica do Brasil	97
2.1 Racismo e patriarcado na particularidade da questão social do Brasil.....	100
2.2 Expressões do racismo e do patriarcado na contemporaneidade	113
2.2.1 Diversidade sexual e violência LGBTfóbica	124
Atividades complementares e dicas culturais	134
CAPÍTULO 3 ■ Feminismo e diversidade sexual: um encontro com o Projeto Ético-Político do Serviço Social.....	145
3.1 Feminismo, divisão sexual do trabalho e Serviço Social	151
3.2 Serviço Social e diversidade sexual	161
3.2.1 As entidades nacionais da categoria e a questão da diversidade sexual.....	167
Atividades complementares e dicas culturais	178
INDICAÇÕES CONCLUSIVAS: Serviço Social e o desafio da renovação profissional	187
Referências	195

Prefácio

Chega às mãos da leitora e do leitor o mais novo volume da Biblioteca Básica de Serviço Social, assinado por Mirla Cisne e Silvana Mara de Moraes dos Santos, pensadoras e ativistas feministas e em defesa da liberdade sexual, referências no âmbito da profissão e dos movimentos sociais brasileiros. A publicação desta obra, integrada a uma importante coleção voltada para a formação profissional em Serviço Social, tem um profundo significado histórico: demonstra a relevância que as causas feministas e da diversidade e a elaboração teórica forjada em torno delas que foram alçadas na profissão, no bojo de seu processo de renovação crítica e como resultado de lutas e embates críticos no interior desse mesmo processo.

Este volume se une, portanto, ao fio da história de renovação crítica do Serviço Social e da incorporação, tardia e ainda em curso, das questões relacionadas ao feminismo e à diversidade sexual à nossa formação profissional. No que diz respeito a esta dimensão, a história desse movimento de renovação do debate profissional está por ser realizada. Está, entretanto, inscrita nos debates que o(a) leitor(a) percorrerá neste livro. E assim pode ser feita na medida em que foi e é escrita com a crucial contribuição das mãos que o assinam.

Este movimento é vivo e cresce nas duas últimas décadas, fermentado por lá se vão três ou quatro gerações de profissionais do Serviço Social e impulsionado pelas novas gerações de pesquisadoras(es), que interpelam a profissão com a força de suas próprias experiências e do engajamento no feminismo, nos movimentos por liberdade sexual e antirracistas. Essas jovens pesquisadoras e esses jovens pesquisadores, como bem afirma Guilherme de

Almeida, aceleram a marcha dos estudos e do debate sobre patriarcado, racismo e sexualidade nas salas de aula, nos grupos de pesquisa e nas diferentes instâncias de organização política da categoria. Não resta dúvida de que estes(as) leitores(as) aguardam ansiosamente este livro e dele se nutrirão para fazer avançar este debate no seio da nossa profissão.

Este volume extrapola as autorias individuais e reflete uma produção do conhecimento construída em oficinas sobre ética, feminismo e sexualidade nas universidades e espaços organizativos da profissão; nos cursos de ética em movimento, promovidos pelo conjunto CFESS-CRESS (Conselhos Federal e Regional de Serviço Social); nas pesquisas e trabalhos apresentados e discutidos no âmbito dos Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais (CBAS) e dos Encontros Nacionais de Pesquisadores/as em Serviço Social, nos quais se assiste a uma crescente produção e divulgação de trabalhos sobre as problemáticas vinculadas às relações de opressão e exploração de classe, sexo, raça e baseadas na sexualidade; na produção desenvolvida no âmbito das universidades e do diálogo crítico com outros sujeitos coletivos — como o movimento feminista, movimento negro e LGBT (Lésbicas, *Gays*, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros) — que interpelam nossa profissão a analisar e enfrentar as múltiplas determinações das desigualdades, discriminações e violações de direitos a que estão submetidas as mulheres, a população negra e LGBT na sociedade brasileira. Mas, sobretudo e fundamentalmente, na visibilidade que os próprios sujeitos assumem na profissão, a partir das novas condições políticas forjadas por todo esse processo coletivo. A diversidade, hoje, está mais viva entre nós, Assistentes Sociais.

A constituição das mulheres como uma categoria social e histórica interpelou a concepção de classe ao apontar desigualdades conformadas no seu interior pela mediação de outras relações sociais de opressão, dominação e apropriação. A afirmação de que “a classe trabalhadora tem dois sexos” — raça e sexualidade — (Souza-Lobo, 2011), foi o resultado de uma batalha no interior das próprias lutas socialistas e da teoria crítica e emancipatória desenvolvida em estreita vinculação com essas lutas. Batalha que está longe de ser vencida.

A presente obra, que passa a integrar a Biblioteca Básica do Serviço Social, é um passo avante nessa luta e incorpora, de maneira verdadeiramente consubstancial, a questão racial e a diversidade sexual à crítica das desigualdades que estruturam a realidade social.

Com efeito, as problemáticas relacionadas ao feminismo e à diversidade sexual são tratadas nesta obra à luz da análise do racismo, do patriarcado e do capitalismo como sistemas consubstanciais, cuja imbricação se forja no processo histórico e ganha contornos particulares na formação social brasileira. Vale destacar que a presente obra supre, ainda, uma lacuna histórica na produção do saber destinado à formação profissional do(a) Assistente Social, que diz respeito à particularidade da formação social e histórica brasileira. Indo além, o faz aportando uma leitura a partir da imbricação entre patriarcado e racismo no desenvolvimento capitalista sob a subordinação colonial. Perspectiva sem a qual, conforme afirmam as autoras, a compreensão da realidade social brasileira resta impossível.

O mérito fundamental desta obra consiste em sua sintonia com o projeto ético-político do Serviço Social, e na coerência e no rigor com que se vincula à perspectiva materialista histórica. As autoras questionam a falsa ideia, alimentada pelas perspectivas pós-modernas, de que não é possível apreender tais questões a partir do marxismo, sem, entretanto, deixar de apontar, como crítica necessária, que a lacuna histórica da elaboração crítica sobre tais dimensões, e a pouca relevância a elas conferidas, abriu o flanco para o grassar das perspectivas pós-modernas e de uma certa política de identidades desvinculada da crítica das relações sociais.

A partir do materialismo histórico, as autoras lançam luzes sobre o espectro que ronda a teoria social contemporânea: o fantasma do idealismo. O desafio de seu enfrentamento e superação, na batalha das ideias, segue sendo parte da árdua tarefa da crítica e do próprio desenvolvimento do campo de estudos ancorados no materialismo histórico — e do seu dever. Esse embate guarda ainda mais necessidade no campo das problemáticas relacionadas à desigualdade de sexo, raça, classe e à diversidade sexual. Os estudos sobre as desigualdades enfrentadas pelas mulheres, grupos racializados e população LGBT vêm sendo hegemonizados por perspectivas culturalistas que ganharam força especialmente nos anos 1990 e que predominam ainda hoje. Expressão disso é o fato de grande parte da elaboração feminista materialista de tradição francófona ter sido irrisória e incipientemente traduzida para o português e só, muito recentemente, ter ampliado sua influência e alcance com uma relativa notoriedade no âmbito das pesquisas sobre mulheres, relações sociais de sexo e a questão da sexualidade. Não é coincidência o fato de ter sido divulgada pioneiramente, no âmbito do Serviço Social

e para além dele, na tese de uma das autoras desta obra, a teórica e militante feminista Mirla Cisne, publicada também por esta editora (Cisne, 2014).

As autoras defendem que considerar as relações sociais estabelecidas entre os sexos é condição necessária para apreender a totalidade social no sistema capitalista, patriarcal e racista — um sistema de dominação-exploração uno, indivisível, mutuamente determinado.

Trazem a categoria relações sociais de sexo como contraponto ao conceito de gênero, que pela hegemonia das perspectivas anteriormente apontadas foi destituído de seu potencial heurístico para analisar as relações entre homens e mulheres como relações sociais, de opressão, dominação e exploração. Elementos, aliás, que desapareceram das análises da desigualdade entre homens e mulheres, reduzidas, então, à construção de identidades ou ao plano das relações interpessoais.

Como parte deste mesmo processo de decadência teórico-política, nos anos 1990, a categoria patriarcado foi quase totalmente banida da elaboração intelectual feminista, sob acusação de a-historicismo, de generalização e do cercamento quase inultrapassável das mulheres na condição de vítimas. Como se vê, foi atacada em suas dimensões imanentes e concretas: a universalidade e particularidade, a historicidade e a contradição — dimensões tributárias da perspectiva materialista-dialética. Ora, como afirma Sílvia Walby, se o problema é o a-historicismo da categoria, tratemos, então, de historicizá-la, contextualizá-la, identificar suas expressões particulares, e não de abandoná-la. É o que as autoras realizam primorosamente nesta obra, oferecendo à leitora e ao leitor uma robusta análise de como se forja a imbricação entre o heteropatriarcado, o racismo e o capitalismo na produção das desigualdades. Ao percorrer estas páginas, encontrar-se-á o(a) leitor(a) com o movimento vivo do método materialista histórico.

Na perspectiva feminista materialista aqui adotada, as relações sociais de sexo são relações de exploração, opressão e apropriação, que têm uma base material (a divisão sexual do trabalho e o controle sobre a sexualidade e a reprodução das mulheres a ele associado), forjadas pelo sistema patriarcal, capitalista e racista, com seus contornos particulares na formação sócio-histórica brasileira, dados por nossa constituição como uma colônia de exploração que teve na racialização de grupos sociais para fins de exploração — no caso, a população negra traficada do continente africano — um de seus pilares. As relações sociais de sexo são, portanto, *relações sociais estruturais de*

exploração-dominação — duas dimensões inextricáveis, duas faces de uma mesma relação.

Duas grandes consequências teórico-políticas decorrem dessa concepção: 1) não se trata de questões específicas, mas que estão relacionadas com a totalidade da vida social; 2) não se trata de questões ideoculturais: a exploração-opressão das mulheres repousa sobre uma base material concreta.

Afirmar a materialidade da exploração, apropriação e opressão das mulheres torna-se crucial para contrarrestar debates ainda vigentes no campo da Esquerda e da tradição crítica, uma vez que ainda não foi de todo superada a premissa segundo a qual a exploração capitalista é material, enquanto a dominação patriarcal é ideológica, restando, portanto, para transformar a condição das mulheres na sociedade, o enfrentamento no plano ideológico, a mudança nas mentalidades e valores, a superação do atraso “cultural” (Curiel; Falquet, 2014).

Com a contribuição da perspectiva materialista trazida pela obra, o que até então era tratado na esfera dos valores, da cultura e da ideologia, ganha sua substância material: a divisão e exploração do trabalho. Vale ressaltar, ainda, que o controle da sexualidade assume também uma dimensão material, histórica e estruturante da reprodução das relações sociais de sexo, mas também de classe e de “raça”. A heterossexualidade compulsória é uma mediação fundamental da dominação-exploração patriarcal, daí a proposição do conceito de heteropatriarcado para lançar luzes sobre esta dimensão, ainda marginalizada na análise crítica da realidade social.

Outro aspecto fundamental trazido pela presente obra, no esteio do pensamento materialista, diz respeito à centralidade do conceito de relações sociais, e a busca, no esforço de apreender a totalidade concreta, das mediações que articulam relações sociais de classe, de sexo e aquelas baseadas na raça. Segundo Kergoat (2009, p. 99), essas relações são consubstanciais e coextensivas, uma vez que, “ao se desenvolverem, as relações sociais de classe, gênero e ‘raça’ se reproduzem e se coproduzem mutuamente”. As relações sociais de sexo são, “a uma só vez uma relação de dominação simbólica, de opressão física e de exploração material” (Idem, p. 100), marcadas por desigualdade de poder, contradição e antagonismo, e não são redutíveis à dimensão das relações intersubjetivas nem à expressão de crenças e ideias vigentes — embora a ideologia cumpra um papel fundamental na reprodução dessas relações.

O raciocínio em termos de relações sociais é repleto de desafios, tendo em vista o caráter abstrato do conceito e, ainda, o uso intercambiável e corrente de relações sociais para referir-se às relações interindividuais (que são uma mediação, mas não as relações sociais em si). Com efeito, no plano das relações entre indivíduos, que corresponde ao plano das práticas sociais, as relações de dominação-exploração-apropriação ganham forma: a violência doméstica dos homens contra as mulheres, os preconceitos sobre a vivência da sexualidade feminina sob diferentes formas, materiais e simbólicas de controle, a sobrecarga com o trabalho doméstico não remunerado e a própria “afetividade” e a carga “moral” envolvida na realização desse trabalho que tornam, em muitas situações, tão difícil que as mulheres se rebelam contra ele.

É a partir da análise dessas expressões cotidianas que podemos apreender as mediações que sustentam as relações sociais entre homens e mulheres não mais como indivíduos, mas como grupos sociais, e que se reproduzem, também, quando os sujeitos da dominação não estão individualmente presentes (Saffioti, 2004), por exemplo, por meio das instituições.

Vale destacar, dentre as categorias aqui abordadas, a de diversidade humana, postulada nesta obra para a análise da construção da individualidade em suas múltiplas dimensões. Essa categoria distancia-se do tratamento corriqueiro da “diversidade sexual” e “de gênero”, que toma um referente a partir do qual emerge o diverso (homossexuais, transexuais, travestis) e que os mantêm, portanto, como “o outro”, o “diferente de”. Na perspectiva materialista histórica, a diversidade humana é recuperada em seu componente ontológico: o humano é diverso, e essa diversidade é condição de seu ser genérico. Na sociabilidade capitalista, patriarcal, racista e LGBTfóbica, esta construção é tolhida pela força da dominação e da violência nua e crua.

Como aporte fundamental a uma questão de insuficiente análise no âmbito da profissão, esta obra nos leva a deter o olhar sobre a construção da individualidade sob as determinações do sistema de dominação e exploração heteropatriarcal, capitalista e racista: seus sofrimentos, violências e violações de que padece no cotidiano, as interdições ao seu autodesenvolvimento, mas também suas resistências. A síntese desta elaboração radica a questão da diversidade no coração da problemática da emancipação humana.

As autoras articulam as condições objetivas e subjetivas como matéria de que são tecidas as desigualdades. E, assim, postulam que as revoluções

exigem a insurreição contra ambas as dimensões, muitas vezes tratadas separadamente mesmo na tradição crítica, ou como etapas subseqüentes. Não, não podem esperar, afirmam as mulheres, *gays*, lésbicas, transexuais e população negra organizados, pois são requisitos para a transformação substantiva da realidade social.

O conteúdo formativo deste volume é enriquecido pelos exercícios e atividades culturais, com preciosas dicas literárias e excelente filmografia, que sugerem diferentes linguagens para a abordagem dos temas e nos trazem a fruição estética como trilha necessária para o processo de formação profissional e humana.

Esta obra é o resultado do curso coletivo de uma torrente que a cada dia ganha mais força. É “vertente de muitas gerações”, como diria a canção. Que aqueles(as) que nela mergulharão sejam convidados(as) e instigados(as) a tomar parte nesta luta, nos diferentes espaços em que ela se fizer e, certamente, se faz necessária: o exercício profissional, o debate acadêmico, a vida.

Não nos enganemos. Há muito caminho a trilhar. Em grande medida, tais questões são ainda tratadas como marginais no âmbito do debate da profissão, ou como “especificidades”, eufemismo pelo qual convém nominar o que se considera “questões menores” ou secundárias.

Por todas as razões que aqui buscamos tratar, o livro que o(a) leitor(a) tem em mãos consubstancia uma produção necessária para fazer avançar a renovação do debate político-profissional, enfrentar o conservadorismo que ascende na sociedade e na profissão, e nos alimentar na travessia de um momento crítico da história brasileira em direção a uma nova aurora dos tempos e das lutas emancipatórias.

Por fim, me resta sublinhar as primeiras palavras deste livro, pelo profundo significado que encerram. Esta obra é dedicada à Marylúcia Mesquita. Não é exagero, nem um impulso do afeto (embora repleto dele, outro elemento que permeou a construção coletiva da elaboração aqui reunida), afirmar que Mary foi uma das Assistentes Sociais, intelectuais e militantes, que impulsionaram e aportaram decisivamente aos debates hoje reunidos neste livro e que carregam na sua trajetória individual a história coletiva da qual ele é um resultado e um marco. Com sua irredutível ousadia, Mary contribuiu decisivamente para construir espaços de debate dos quais participou ativamente, defendendo o enriquecimento do projeto ético-político profissional, e da produção de conhecimento que o sustenta, com as teorias

e lutas feministas, pela liberdade afetivo-sexual e antirracistas. Não são muitas, nem são muitos, aquelas(es) que se dedicaram a esta tarefa com tamanha tenacidade e paixão, em sacrifício de seus próprios projetos pessoais e em meio a uma difícil luta interior. Este prefácio pertencia à Mary. Aqui a substituo, como o faria Sancho ao Quixote: sem a mesma bravura, mas em lealdade. Espero que esteja à altura. Era exigente.

Recife, fevereiro de 2018.

Verônica Ferreira

Introdução

Desde a “virada” teórico-metodológica realizada no âmbito do Serviço Social brasileiro a partir do final da década de 1970, que a produção bibliográfica evidencia intrínseca relação com o pensamento crítico, em particular, com o pensamento de Marx e a tradição marxista. Na trajetória histórica, especialmente a partir da década de 1980, o Serviço Social brasileiro consolidou estudos e pesquisas sobre diferentes temas que permeiam a formação e o exercício profissionais. Dentre esses temas, destacam-se as políticas sociais — em suas diferentes expressões, características e tendências contemporâneas, com ênfase na reflexão crítica sobre: o papel do Estado; a seguridade social; os movimentos sociais e o complexo campo da luta por direitos em várias áreas temáticas, e o debate sobre a ética — em seus fundamentos ontológicos sociais e nas particularidades da profissão; na relação com os direitos humanos e com as lutas sociais da classe trabalhadora.

A construção dessa cultura profissional crítica, nominada na década de 1990 de projeto ético-político, se consolida, inclusive com importantes interações além do Serviço Social, no campo mais amplo da esquerda no Brasil e também em dimensão internacional, especialmente por meio das interlocuções realizadas nos programas de pós-graduação da área de Serviço Social. A produção bibliográfica, bem como a participação efetiva de segmentos da categoria em espaços políticos de representação, se amplia para temas e questões relacionados à diversidade humana, com ênfase: na agenda e lutas no universo feminista; na questão étnico-racial; na diversidade sexual e na identidade de gênero,¹

1. Explicaremos posteriormente nossa escolha por utilizar o termo identidade de sexo em vez de identidade de gênero.

dentre outros aspectos que evidenciam a complexidade da individualidade. Embora esses temas estivessem presentes anteriormente, é no decurso da década de 2000 que assumem mais visibilidade e se tornam presentes no debate coletivo da profissão.

Do ponto de vista da formação e do exercício profissional, torna-se visível nas demandas postas ao Serviço Social a relevância social dessas temáticas, que se fortalecem com a organização política dos sujeitos feministas, dos movimentos étnico-raciais e no vasto campo da diversidade sexual, com a presença organizada de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT).

O conhecimento das reivindicações e o fortalecimento desses sujeitos políticos são fundamentais em uma conjuntura de crise estrutural do capital, com ascensão das forças conservadoras, adversas à classe trabalhadora e à diversidade humana e que põem em constante ameaça direitos do trabalho anteriormente conquistados, adensando, assim, a superexploração da força de trabalho, a naturalização da desigualdade social e a reprodução de dogmas, preconceitos e fundamentalismos religiosos que violam a laicidade do Estado. Os discursos e práticas de ódio são materializados em diferentes expressões de violência e de violação de direitos, a exemplo dos crimes motivados por racismo, LGBTfobia e sexismo. Esses crimes acontecem diariamente na sociedade brasileira que, além de capitalista, permanece racista, patriarcal e heterossexista, como analisaremos mais adiante.

O Serviço Social, ao se configurar como uma profissão inserida nas relações sociais, não está imune a esse processo. Diferentes formas de reatualização do conservadorismo persistem não apenas na sociedade, mas também na profissão, ainda que as resistências e as lutas também estejam presentes na defesa contínua da renovação do Serviço Social. Resistências e lutas que desde fins da década de setenta do século XX buscam romper com movimentos endógenos à profissão, na perspectiva de estabelecer estreita relação com os sujeitos políticos coletivos comprometidos com as lutas por emancipação política, sem perder do horizonte teórico-político a necessidade histórica da emancipação humana. Daí a importância da produção de conhecimento sobre a diversidade humana e, em particular, do feminismo e da diversidade sexual — a partir dos fundamentos marxianos que marcam o processo de renovação do Serviço Social no Brasil, articulado com as lutas da classe trabalhadora e dos movimentos sociais em sua heterogeneidade de reivindica-

ções e organização política. Em outras palavras, por ser o Serviço Social área de conhecimento e profissão que, notadamente, nas últimas décadas tem aprofundado análises sobre o complexo processo de desigualdade social, ao tempo em que também intervém diretamente nas múltiplas expressões da questão social, demanda apreender criticamente as relações que estruturam essa desigualdade e particularizam a questão social no Brasil, bem como os sujeitos políticos que a enfrentam, considerando questões e desafios postos na dinâmica do capitalismo contemporâneo.

Não temos a pretensão de esgotar o debate e, inclusive, considerando as inúmeras possibilidades de abordar os temas que envolvem o feminismo e a diversidade sexual, nosso objetivo é socializar alguns elementos introdutórios para a reflexão crítica, lançando um convite para que as novas gerações do Serviço Social conheçam os caminhos que trilhamos coletiva e historicamente para afirmar a direção social do projeto ético-político. Nosso desafio é, portanto, abordar o tema com os fundamentos desse projeto profissional, que possibilita a crítica teórico-metodológica e ético-política à sociabilidade capitalista, e a defesa de um projeto societário no horizonte da emancipação humana e do reconhecimento e valorização real e substantiva da diversidade humana.

Este livro se estrutura em três capítulos. No primeiro, delimitamos os fundamentos teórico-metodológicos para abordagem do Feminismo e da Diversidade Sexual, numa perspectiva de totalidade na análise da vida social e do indivíduo. Para tanto, partimos da afirmação do trabalho como categoria que articula dialeticamente as dimensões de objetividade e subjetividade, possibilitando o entendimento do indivíduo social como processualidade histórica, que só existe numa dada sociabilidade e se desenvolve no decurso da divisão social do trabalho. Sua subjetividade se constrói, portanto, a partir da realização de múltiplas atividades que impulsionam à constituição da personalidade como algo complexo e diverso. Posta a centralidade do trabalho na vida social, partimos, então, para a abordagem dialética materialista das relações sociais de sexo, raça e classe, assumindo uma postura política de combate ao sistema heteropatriarcal-racista-capitalista. Ao entender que o heterossexismo é um pilar do patriarcado, como veremos ainda no capítulo 1, consideramos também pertinente a denominação de sistema não apenas patriarcal, mas heteropatriarcal, como forma de dar visibilidade a sua dimensão estruturalmente heterossexista.

Assim, a perspectiva do feminismo e da diversidade sexual aqui defendida é, além de materialista — mais precisamente marxista —, antirracista e anticapitalista. Destacamos, ainda, neste capítulo, algumas relações que consideramos estruturais para decifrar dimensões que compõem não apenas o ser social, mas também as desigualdades e os sistemas de exploração-opressão que as sustentam: as relações sociais de sexo/sexualidade, raça/etnia e classe.

No segundo capítulo abordaremos, nas particularidades da questão social na realidade brasileira, a dimensão da diversidade humana. O desafio é justamente provocar o debate sobre como o patriarcado, o racismo e o heterossexismo adensam, na sociedade capitalista, a exploração da força de trabalho e a reprodução de formas de opressão, violação de direitos e de violência que obstaculizam o pleno desenvolvimento da individualidade e asseguram a hegemonia capitalista.

No terceiro capítulo nos deteremos na análise do Serviço Social e na questão da diversidade humana, em que destacaremos aspectos da trajetória do Serviço Social em relação ao feminismo e à diversidade sexual. Por fim, tecemos algumas indicações conclusivas destacando a importância dessas temáticas para o processo de renovação profissional frente ao conservadorismo. Entendemos que esse processo é contínuo, ou seja, o movimento de renovação do Serviço Social se faz necessário enquanto houver influência do conservadorismo na formação e intervenção profissionais.

Integra, ainda, o livro ao final de cada capítulo atividades complementares e dicas culturais que favorecem a reflexão crítica sobre os conteúdos abordados. Gostaríamos de manifestar nosso reconhecimento quanto ao movimento realizado na área de Serviço Social para a apropriação da agenda feminista, étnico-racial e da diversidade sexual, na perspectiva da articulação com as lutas sociais no campo da esquerda emancipatória.

A vasta produção bibliográfica da área de Serviço Social constrói um legado à formação das novas gerações. Nossa expectativa é contribuir nessa direção com o livro *Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social*, norteado pelo materialismo histórico-dialético, buscando analisar as relações sociais em uma perspectiva de totalidade, apreendendo contradições e antagonismos que revelam projetos societários em disputa. Assim, esperamos contribuir nas trilhas do processo de renovação de uma profissão que, desde a “virada” teórico-metodológica a partir dos anos 1970, vem se construindo em defesa

da emancipação humana e, portanto, da diversidade e da liberdade de forma substantiva.

No momento final de elaboração deste livro, fomos profundamente atingidas pelo falecimento da amiga e assistente social Marylúcia Mesquita, companheira de muitas lutas em defesa do feminismo e da diversidade sexual no universo do Serviço Social e além deste. As novas gerações de assistentes sociais não poderão conhecer a força teórico-política com que Mary defendia seus argumentos e se posicionava frente ao conservadorismo, aos preconceitos e às formas opressivas. Mas certamente saberão que o Serviço Social brasileiro teve de se reinventar em seu processo de renovação teórico-metodológica e Mary foi fundamental para isso, pois apesar dessa renovação não houve entendimento rápido nem incorporação imediata à agenda profissional das questões que transitam no campo da diversidade. Estudos, reflexões críticas, debates e lutas marcaram a inserção do feminismo, da questão étnico-racial e da diversidade sexual no Serviço Social e em todos os espaços da vida social, inclusive no ambiente das esquerdas. Nesse processo, Mary, profundamente apaixonada e comprometida pelo Serviço Social, soube com entusiasmo construir um modo de ser questionador, provocativo e fundamentado na direção social do projeto ético-político. Em diferentes momentos, ocupou as tribunas profissionais e trouxe à tona a dor vivenciada por mulheres, população negra e LGBT em face da violência, da violação de direitos e do preconceito. Estudou, organizou-se politicamente, denunciou e escreveu sobre a dor de quem se vê sem direitos, sonhos e possibilidades de desenvolvimento de suas individualidades numa sociedade que reproduz de modo contínuo exploração e opressão. Fez ecoar sua voz com coragem, contribuindo para que o coletivo profissional pudesse entender que os usuários e as usuárias do Serviço Social são seres diversos, e que tal reconhecimento significa desvendar as tramas complexas presentes nas relações sociais que articulam capitalismo, racismo e heterossexismo.

Sua produção sobre diversidade sexual exala o gosto que tinha pelas discussões no campo da ética, dos direitos humanos e dos fundamentos ontológicos. Sua contribuição foi decisiva para que a dimensão da individualidade e a questão da diversidade não fossem vistas de forma economicista nem eticista, mas mediante contradições que possibilitam desvendar as determinações mais profundas do sistema do capital. Contra esse sistema que explora e oprime, nos convidava a lutar sem tréguas e sem ilusões. O

legado de Mary nos fornece coragem para seguir. Não importa a força destrutiva que o capital assuma neste momento contemporâneo. A classe trabalhadora tem outra força, a que constrói, humaniza, projeta e realiza descobertas e novas necessidades.

Sua voz não será silenciada com seu voo... Seu legado permanece e nos inspira a lutar de modo incessante, com coragem e rebeldia para que a classe trabalhadora não seja entendida de forma abstrata ou homogênea, para que a luta por uma sociedade sem racismo, sem LGBTfobia e sem sexismo seja também a luta por uma sociedade anticapitalista.

Capítulo I

Fundamentos teórico-políticos da diversidade humana, do heteropatriarcado e do racismo

As temáticas do feminismo e da diversidade sexual apresentam natureza complexa, pois envolvem situações concretas da vida singular dos indivíduos bem como dos sujeitos políticos coletivos (grupos, instituições, partidos políticos e movimentos sociais, principalmente feministas antirracistas e LGBT), relacionados, dentre outras questões, à sexualidade, à afetividade, a viver sob os ditames do patriarcado, da misoginia, do racismo e da LGBTfobia. Ademais, são temas que contemplam a resistência, por meio da formação de lutas por direitos sexuais e reprodutivos e contra formas de exploração, de violência e de opressão estabelecidas no cotidiano. Do ponto de vista da produção do conhecimento e da política, esta complexidade aumenta porque esses temas são entendidos a partir de diferentes perspectivas teóricas. Por onde começarmos então? Não é nosso objetivo analisar as tendências teóricas diferentes que comparecem no campo de reflexão feminista e da sexualidade, mas de oferecer elementos para situar o entendimento desses temas na trilha dos fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos de renovação do Serviço Social no Brasil. Nesse sentido, partimos do reconhecimento das conquistas produzidas na cultura profissional do Serviço Social, conforme assinala Mota (2016, p.166):

[...] como profissão e, particularmente, como área de produção do conhecimento, o Serviço Social, ao fim e ao cabo dos seus 80 anos de existência no Brasil,

vem robustecendo seu protagonismo intelectual e político na formação de uma cultura (teórico-metodológica, ideológica e política) que se contrapõe à hegemonia dominante em articulação com a esquerda marxista em nosso país. Evidentemente a profissão não se restringe a essa dimensão, porquanto existem outras dimensões socialmente construídas e reconhecidas no processo de institucionalização do Serviço Social, como defendem Lopes, Abreu e Cardoso (2014, p. 196), ao afirmarem: “[...] quatro dimensões: formação, intervenção, produção do conhecimento e organização política da categoria profissional, vinculadas organicamente”, ao que acrescento: enfeixadas no que se denomina de projeto ético-político profissional.

Isso implica delimitarmos uma primeira questão que é decisiva para a direção social dada ao conteúdo deste livro e que consideramos não apenas compatível com o projeto ético-político profissional, mas produto desse projeto, em termos dos fundamentos da análise. Trata-se da nossa abordagem das questões propostas aqui numa perspectiva de totalidade, reconhecendo o caráter radicalmente histórico do ser social como complexo de complexos; a relação entre sociabilidade e individualidade; a existência e as implicações da luta de classes na vida social e as contradições postas na realidade.

Iniciaremos nossa análise pela afirmação da centralidade ontológica do trabalho na vida social, pois entendemos que o trabalho consiste no ponto de partida da humanização do indivíduo, que permite mediante a divisão social do trabalho, como discutiremos mais adiante, o refinamento de suas capacidades, habilidades e criatividade; a descoberta de novas possibilidades históricas; discernir e fazer escolhas e, neste movimento, construir a individualidade no espaço-tempo de desenvolvimento da sociedade.

Cabe, então, uma questão fundamental: por que nos deteremos no patriarcado (em suas expressões sexistas e heterossexistas de discriminação, opressão-exploração das mulheres e de pessoas não heterossexuais — daí o termo heteropatriarcado) e no racismo?

Antes de responder a essa questão, lançamos outras reflexões: o racismo e o patriarcado foram naturalmente desenvolvidos? O que há por trás das ideologias de naturalização das desigualdades entre os seres humanos e de negação da sua diversidade? Ou melhor, por que o racismo e o patriarcado possuem ideologias que transformam diferenças humanas em desigualdades? Parece que a palavra desigualdade pode ser uma boa chave para o entendimento dessas questões. Vejamos, então, como a desigualdade é determinada e como ela se materializa na vida cotidiana.

Partimos da concepção marxista de que as relações sociais se fundam por meio do trabalho. O trabalho, nesta sociedade hetero-patriarcal-racista-capitalista, possui três divisões estruturais associadas entre si: a) a divisão social, fundada nas relações entre classes sociais; b) a divisão racial, fundada nas relações sociais de raça; c) a divisão sexual, fundada nas relações sociais de sexo. As relações sociais são perpassadas pela apropriação do trabalho de um grupo ou classe sobre outro. São essas relações sociais, mediadas por antagonismos e hierarquias, que processam a produção e a reprodução sociais, permeadas pela exploração da força de trabalho e pelas opressões a elas vinculadas.

Assim, a escolha de trabalhar neste livro o feminismo e a diversidade sexual em uma perspectiva antirracista e classista não foi aleatória, tampouco, casual. Basta uma análise um pouco mais atenta sobre a formação sócio-histórica e econômica da sociedade brasileira para identificarmos que três sistemas se fundiram em um único: o sistema heteropatriarcal-racista-capitalista. Mais que isso, essa fusão foi e é absolutamente funcional para a produção e reprodução do capital, uma vez que no patriarcado e no racismo encontramos bases para o entendimento da exploração intensificada da força de trabalho, condição central para a reprodução das situações concretas da exploração e das múltiplas opressões. Será, portanto, sob a luz da análise do racismo e do patriarcado (em suas expressões de sexismo e heterossexismo), como sistemas estruturantes consubstanciados e coextensivos ao capitalismo, que procuraremos problematizar as temáticas relacionadas ao feminismo e à diversidade sexual.

Sabemos, por exemplo, que a sociedade em que vivemos é racista. Isso significa que pessoas sofrem violação de direitos, discriminação e preconceito por não serem brancas e/ou possuírem origem étnico-racial historicamente subalternizada, como latino-americanos e africanos diante de europeus. Esses grupos racialmente discriminados estão submetidos a diferentes violações de direitos, determinadas por um sistema de exploração/opressão. Todavia, de acordo com a classe a que pertencer, a opressão será diferenciada, ainda que não se elimine o racismo. Em outras palavras, um negro pobre, por exemplo, está muito mais sujeito a sofrer violência policial, a ser destrutado em ambientes públicos do que um negro rico. Se, em vez de um negro, tivermos uma negra, outra determinação entra em cena: as relações sociais de sexo e, se ela for lésbica, mais uma dimensão precisa ser considerada: a orientação sexual, e se for um indivíduo transexual, travesti, a questão des-

sas identidades particularizará determinadas formas de a exploração-opressão-dominação se manifestar. Não se trata, porém, de uma dimensão matemática de adicionar, somar ou mesmo multiplicar opressões ou nominá-las de marcadores sociais, mas de apreender e decifrar as relações sociais de maneira dialética, em um sistema que é complexo de determinações, uno e diverso.

Queremos dizer que essas dimensões (sexo/sexualidade, raça/etnia e classe) determinam, em grande medida, as múltiplas relações sociais que nos compõem e que estabelecemos, seja por gerar situações desiguais entre indivíduos nas relações interpessoais e oferecer situação de privilégio a alguns em detrimento de outros(as), seja por estruturar relações de poder, exploração e opressão de um grupo social ou classe sobre outro.

Assim, analisar a dinâmica das relações sociais de classe, raça/etnia, sexo/gênero e sexualidade, de forma coextensiva e consubstanciada, permite-nos apreender criticamente determinações da sociedade hetero-patriarcal-racista-capitalista. Nosso entendimento é de que as relações sociais de sexo (incluindo sexualidade), raça/etnia e classe são estruturantes e, como tais, indispensáveis à análise crítica da sociedade em uma perspectiva de totalidade. Esse entendimento é condição fundamental para a formação e o exercício profissionais comprometidos com o Projeto Ético-Político. Ademais, são temáticas sintonizadas com as lutas de sujeitos políticos, no campo das esquerdas, que enfrentam historicamente o conservadorismo e múltiplas formas de violência e violações de direitos: movimento feminista, negro e LGBT. A relevância social de suas lutas é incontestável, e a necessidade de aprimoramento e ampliação da produção do conhecimento sobre o tema, numa perspectiva de totalidade na análise da vida social, também.

1.1 Trabalho, indivíduo e diversidade humana

Nosso objetivo, neste momento, é apresentar, de forma bastante introdutória, o fio condutor de nossa análise que se estrutura nas relações entre trabalho, indivíduo e diversidade humana. Afirmamos, portanto, o legado marxista para a apreensão do feminismo, da diversidade sexual e suas relações com o Serviço Social nas particularidades da realidade brasileira, no capitalismo contemporâneo.

Iniciamos com o pressuposto de que os indivíduos, para assegurar sua reprodução, precisam trabalhar.¹ Trabalho aqui entendido como relação dialética e síntese entre teleologia (capacidade humana de projetar previamente a finalidade de uma ação — prévia-ideação) e causalidade (realidade natural) que se objetiva em um resultado/objeto (causalidade posta). Esse processo possibilita o desenvolvimento das forças produtivas, por meio do afastamento das barreiras naturais, constituindo-se o trabalho, do ponto de vista ontológico, no ato fundante do ser social.²

Tal como amplamente legitimada na produção intelectual do Serviço Social brasileiro e abordada em diversos volumes desta coleção — Biblioteca Básica de Serviço Social, especialmente nos volumes 1³ e 4⁴ —, a centralidade que o trabalho assume na vida social refere-se ao fato de ocorrer, por seu intermédio, o salto ontológico, que permite a formação do ser social, uma nova esfera que se afasta de modo processual das determinações meramente biológicas. Por isso, em face de suas características centrais, em cada momento histórico, torna-se possível apreender como se estruturam de forma concreta, objetiva e subjetivamente, a sociedade e os indivíduos por meio do trabalho e de um sistema amplo de mediações. Além disso, o trabalho constitui a via para a produção de bens que geram a riqueza social.

O debate mais aprofundado sobre a categoria Trabalho — em toda sua densidade ontológica e nas particularidades da sociedade capitalista — não é nosso propósito aqui e pode ser encontrado em outras referências bibliográficas.⁵ Interessa-nos delimitar sobre a categoria trabalho, sobre aspectos introdutórios que permitam desdobrar, por um conjunto de mediações, o fato de que por seu intermédio desencadeia-se a reprodução social e simul-

1. Lukács (2013, p. 43) afirma: “a essência do trabalho humano consiste no fato de que, em primeiro lugar, ele nasce em meio à luta pela existência e, em segundo lugar, todos os seus estágios são produto de sua autoatividade”.

2. Para Marx (2013, p. 120), “como criador de valores de uso, como trabalho útil, o trabalho é, assim, uma condição de existência do homem, independentemente de todas as formas sociais, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana”.

3. Cf. Netto e Braz (2006), especialmente, mas não apenas, o capítulo 1, intitulado: “Trabalho, Sociedade e Valor”.

4. Cf. Barroco (2008).

5. Cf., dentre outros, Lukács (2013); Lessa (2002 e 2007); Costa (2007); Netto e Braz (2006); e Barroco (2003 e 2008).

taneamente se reproduzem, também, o gênero humano e a individualidade. Nesse processo, buscaremos o entendimento da diversidade humana que é central para a apreensão das expressões concretas dessa diversidade, a exemplo da vida das mulheres, da população negra e LGBT, considerando as particularidades oriundas da dimensão étnico-racial, das lutas sociais contra o racismo, o patriarcado e o heterossexismo, os quais analisaremos mais adiante. É importante determos agora que considerar o indivíduo como um ser diverso não significa necessariamente fragmentá-lo em dimensões, partes e marcadores, ou destituí-lo das determinações classistas e isolá-lo da vida social. A diversidade humana articula-se à concepção de indivíduo social como uma característica própria da individuação.

Assim, apesar de ser fundante do ser social, isso não significa que o trabalho possa, por si próprio, conter e traduzir toda a existência social, pois esta, além dos atos de trabalho, efetiva-se por uma ampla heterogeneidade de atividades que visam atender às necessidades dos indivíduos no decurso do processo histórico. Há, desse modo, importantes distinções entre o trabalho e as outras dimensões da práxis social.⁶

[...] A práxis envolve o trabalho, que, na verdade, é o seu modelo — mas inclui muito mais que ele: inclui todas as objetivações humanas. [...] A categoria de práxis permite apreender a riqueza do ser social desenvolvido: verifica-se, na e pela práxis, como, para além das suas objetivações primárias, constituídas pelo trabalho, o ser social se projeta e se realiza nas objetivações materiais e ideais da ciência, da filosofia, da arte, construindo um mundo de produtos, obras e valores — um mundo social, humano, enfim, em que a espécie humana se converte inteiramente em gênero humano (Netto e Braz, 2006, p. 44).

Podemos, então, deduzir dois aspectos centrais. O primeiro é que, pelo trabalho, os indivíduos constroem a si mesmos e a totalidade social, e que ele é a fonte da constituição do ser social ou da autoconstrução humana e, também, a partir dele ocorre o desenvolvimento das relações sociais. Em sua dimensão ontológica, o trabalho é um complexo que assume a função social de realizar mediações entre os indivíduos e a natureza, que ao transformá-la acabam por transformar-se simultaneamente. O segundo aspecto refere-se ao fato de que o trabalho que evidencia e efetiva o intercâmbio orgânico com

6. Cf., dentre outros, Barroco (2008) e Netto e Braz (2006).

a natureza é anterior e posterior ao trabalho abstrato, produtor de mais-valia que é próprio da sociedade do capital. Isso significa, de acordo com os fundamentos marxianos, que o trabalho é necessário e essencial para a reprodução social em qualquer sociedade, antes, durante e depois do capital.

Fica evidente a relevância social da concepção marxiana, recuperada por Lukács (2013) do trabalho como categoria ontológico-fundante, ou seja, que, além de possibilitar o salto ontológico da humanidade,⁷ contém as determinações essenciais do ser social e alicerça o entendimento do indivíduo e da história. Lembremos a afirmação, inspirada em Marx (1990), de que os indivíduos fazem a história ainda que sob determinadas circunstâncias que não escolheram.⁸ Temos, assim, um rico arsenal teórico-metodológico que nos permite enfrentar a crítica, amplamente disseminada na vida acadêmica e no ambiente da política, de que não é possível, no universo do marxismo, apreender a dimensão da individualidade e, por conseguinte, uma série de temas e questões não seria devidamente abordada nesta perspectiva teórica, a exemplo, dentre outros, da agenda feminista, da questão étnico-racial e da diversidade sexual. Embora não tenhamos condições de analisar em profundidade este aspecto aqui por não constituir a nossa reflexão principal, sabemos que é uma questão importante, principalmente na situação que vivenciamos de crise estrutural do capital, em que em vez de refinar as armas da crítica, parte da produção intelectual, nas mais diferentes áreas do conhecimento e profissões, e também no campo da política, cede à “decadência ideológica” (Lukács, 2010a)⁹ ao afirmar: o cancelamento do indivíduo social como demiurgo da história; a luta de classes como força motriz decisiva da

7. Para Lukács, a estrutura do ser revela três grandes formas fundamentais e distintas, que são: “a esfera inorgânica, cuja essência é o incessante tornar-se outro mineral; a esfera biológica, cuja essência é o repor o mesmo da reprodução da vida; e o ser social, que se particulariza pela incessante produção do novo, através da transformação do mundo que o cerca de maneira conscientemente orientada, teleologicamente posta” (Lessa, 1997, p. 16).

8. Para Marx (1990, p. 17), os indivíduos “[...] fazem a sua própria história, mas não a fazem arbitrariamente, nas condições escolhidas por eles, mas sim nas condições diretamente determinadas ou herdadas do passado. A tradição de todas as gerações mortas pesa inexoravelmente no cérebro dos vivos”.

9. A partir do pensamento de Marx, Lukács (2010b, p. 51) “analisa que a decadência ideológica tem início quando a burguesia já domina o poder político, e a luta de classes entre ela e o proletariado se coloca no centro do cenário histórico”. Conforme Santos (2016, p. 21), “com isso, e a partir daquele momento, a burguesia abandona a busca pelo entendimento da realidade em sua densidade histórica. No lugar de uma análise científica, ganha notoriedade a pesquisa afinada com os inte-

sociedade; a perspectiva fragmentária e contraposta à totalidade social, no entendimento dos sujeitos políticos coletivos e suas expressões de diversidade e agenda política de reivindicações. Tudo isso ancorado em fundamentos teórico-metodológicos que redundam na concepção abstrata e idealista de indivíduo enclausurado como mera autoconsciência, visto de forma apartada ou mecanicamente relacionado com a sociedade. São fundamentos que promovem a aceitação da perenidade da sociabilidade capitalista, ainda que não seja esta, muitas vezes, a intencionalidade dos sujeitos individuais e coletivos que se comprometem e/ou reproduzem essa forma de pensar.

Precisamos, então, delimitar qual a concepção de indivíduo que afirmaremos neste livro e o que significa individuação, pois no *front* das perspectivas teóricas divergentes, esta é uma questão central que alicerça, inclusive, parte das diferenças no tratamento das temáticas que abordaremos.

Veremos, então, a concepção de indivíduo e, em linhas bastante gerais, como a individualidade humana supera a mera singularidade da espécie humana. Trata-se de um processo histórico caracterizado como individuação que decorre da ação do indivíduo singular no decurso do desenvolvimento das forças produtivas. O que implica entendê-la — a individuação — como processo em movimento de busca permanente, sob dadas condições concretas, em que o indivíduo, inserido na divisão social do trabalho,¹⁰ amplia suas capacidades humanas mediante as respostas dadas para a consecução da finalidade estabelecida no ato de objetivação do trabalho. São respostas que o desafiam a cada momento. Ao enfrentá-las, o indivíduo define finalidades; faz escolhas entre alternativas postas e criadas objetivamente; reelabora instrumentos; desenvolve a criatividade; atende a determinadas necessidades; e se abre continuamente para novas necessidades e respostas.

Nesse processo, supera a existência meramente singular como um membro da espécie humana e se constrói como individualidade, ou seja, agrega qualidade e conquistas históricas no ato de individualizar-se. Vivencia, assim, a individuação e aprende, participa, ensina, seleciona, classifica, educa, supera e se autorrefina com as respostas pretéritas dadas, inclusive por outros indivíduos, em distintos tempos históricos, sendo impulsionado,

resses burgueses, que se volta à identificação do que é útil ou prejudicial ao capital, abandonando assim a busca pela apreensão da realidade em sua concretude, em suas múltiplas determinações”.

10. Mais adiante voltaremos à análise da divisão social e sexual do trabalho.

de modo permanente, a responder às novas questões e necessidades. Ao mesmo tempo, é preciso considerar que o resultado do seu trabalho cria materialmente um novo ser que se torna independente do seu criador, que interfere no mundo real e concreto. Desse modo, pelo trabalho, o indivíduo constrói, também, a totalidade social.

O indivíduo, do ponto de vista dessa abordagem teórico-metodológica, é entendido como sujeito histórico, simultaneamente ser singular e ser genérico. Assim, a individualidade não se explica nela mesma, em um movimento endógeno ao ser, mas em relação dialética com a genericidade humana, inscrita em dada sociabilidade e formação sócio-histórica. Daí reside seu papel fundamental no desenvolvimento das forças produtivas e das capacidades, habilidades e criatividade humanas. Isso significa que o indivíduo não possui uma essência definida aprioristicamente, porque não existe a possibilidade de os indivíduos terem uma essência humana exilada das relações sociais (Santos, 2016). Podemos afirmar que é o próprio processo histórico mediante o desenvolvimento social que torna possível o modo ontológico da individualidade (Oldrini, 1995). No entanto, não se trata de deduzir disso nenhuma relação de determinação passiva e mecânica da estrutura sobre o indivíduo. O legado marxista, notadamente as contribuições lukacsianas e gramscianas, rejeita as modalidades simplificadoras do economicismo, do politicismo, do culturalismo e do eticismo na apreensão do papel da consciência e do desenvolvimento do indivíduo na história. Para o entendimento dessas modalidades que simplificam a realidade, vejamos que o economicismo se instaura quando:

O conceito de modo de produção apaga o de formação social e é tomado como uma abstração que tende a coincidir com o real. Este aparece reduzido à esfera do “econômico”, o conjunto de forças produtivas e relações de produção. As forças produtivas são pensadas como tecnologia e apresentadas como base e motor da história. O marxismo é, assim, mutilado, transformado em um conjunto de dogmas. De redução em redução, cai-se na famosa contradição trabalho-capital, tomada abstrata e universalmente [...]. Todas as demais contradições acabam por “desaparecer”, apresentando-se como epifenômeno. Reduz-se a totalidade do social a “partes” autonomizadas (Dias, 2002, p. 137).

Daí se podem extrair, também, o entendimento e os limites do politicismo, do eticismo e do culturalismo que seriam, respectivamente, essa redução

da totalidade à política, à ética e à cultura, tomadas de forma autônoma e, por vezes, isolada da vida social.

A questão central que merece destaque para os nossos propósitos é a articulação entre trabalho e indivíduo/gênero humano, que permite apreender, de acordo com as relações sociais vigentes, em cada momento histórico, os processos de individuação e de reprodução da sociabilidade, sem redundar em simplificações de reduzir a totalidade social a uma dimensão particular nem de ignorar as contradições existentes entre indivíduo e gênero humano, em face da propriedade privada no desenvolvimento histórico. Ou seja, não se trata da criação de dois mundos, o dos indivíduos, com suas descobertas, inquietações, angústias, sexualidade e sentimentos, e o mundo da sociedade, com um conjunto de questões e conflitos supostamente em contraposição à individualidade. Lukács (2013) nos ajuda a pensar sobre isso quando nos desafia a refletir sobre a reprodução do indivíduo na sociedade e, ao mesmo tempo, da sociedade como síntese de universalidade de singularidades, sem ficarmos, assim, reféns da ideia de que o indivíduo seria um simples objeto da legalidade econômica ou, de outro modo, de que as questões essenciais no plano da individualidade guardariam independência da sociedade. Reconhece como pseudoquestão instituir duas entidades autônomas, a individualidade e a sociedade. Para a superação desse impasse, trata-se de apreender os indivíduos em suas relações concretas de existência, nas trilhas do processo histórico, conforme assinala Lessa (2012, p. 16):

[...] a história humana não é a evolução biológica do *homo sapiens* — é a história de como as relações sociais se desenvolveram para, com um esforço cada vez menor, transformar a natureza naquilo de que se necessita. Este desenvolvimento é, articuladamente, o desenvolvimento dos indivíduos e das sociedades. Como não há sociedade sem indivíduos, nem indivíduos fora das sociedades, também não há desenvolvimento social que não interfira no desenvolvimento dos indivíduos. E analogamente, não há desenvolvimento dos indivíduos que não tenha algum impacto sobre o desenvolvimento social.

Não temos dúvidas do quanto estes temas — Feminismo e Diversidade Sexual — exalam a dimensão subjetiva e o papel da consciência na história e, exatamente por isso, foi necessário discernir anteriormente qual o entendimento que temos do indivíduo. O ponto de partida foi dito antes, ou seja, o trabalho representa o momento-chave na constituição da individualidade.

Assim, os indivíduos se desenvolvem da simples singularidade, como expressão muda do gênero humano, para a individualidade, e de modo crescente e contínuo desencadeia sua substância, que é a formação da personalidade e da consciência. Integra esse movimento a tomada de decisão em face de alternativas historicamente possíveis e viáveis, e o aprimoramento permanente de suas capacidades, habilidades, personalidade e sentimentos frente às exigências postas na divisão social e sexual do trabalho.¹¹ Sobre isso é bastante elucidativa a explicação de Lukács (2013, p. 291):

O trabalho (e toda atividade social que, em última análise parte dele e volta a desembocar nele) confronta todo “**homem**”¹² com novas tarefas, cuja execução desperta nele novas capacidades; em segundo lugar, os produtos do trabalho satisfazem as necessidades humanas de uma maneira nova, que se afasta cada vez mais da satisfação biológica das necessidades, mas sem jamais dissociar-se totalmente dela; de fato, o trabalho e os produtos do trabalho introduzem na vida necessidades sempre novas e até ali desconhecidas, e com ela novos modos de satisfazê-las.

Dialogando com as valiosas contribuições de Oldrini (1995), Alves (2000), Tertulian (2004) e Costa (2007), daremos continuidade à nossa reflexão para extrair das complexas relações assinaladas por Marx e resgatadas por Lukács (2013) entre objetivação, exteriorização e estranhamento/alienação, postas no ato de trabalho, indicações relevantes para o entendimento da diversidade humana. Não temos como objetivo aqui analisar essas relações em suas múltiplas interações e complexidade, mas chamar atenção para elementos que possibilitam apreender o caráter radicalmente genuíno da diversidade humana que, associada à constituição da individualidade e da personalidade, resulta da elevação das capacidades humanas no decurso do processo histórico. Assim, nosso entendimento da diversidade humana se orienta por:

[...] buscar entendê-la no fluxo de desenvolvimento do processo de sociabilidade e de individuação que se origina no trabalho. Trata-se, portanto, de localizar

11. Lukács (2013, p. 285, grifo nosso) afirma: “aquilo que chamamos de personalidade de um ‘homem’ constitui tal ser-precisamente-assim de suas decisões alternativas”.

12. Grifo nosso. Decidimos manter nas citações feitas em todo o livro o termo — Homem — usado em sentido dito universal, conforme no original citado. Em nossa redação, optamos por não atribuir ao termo — Homem — esse caráter universal.

no trabalho o momento decisivo na constituição da subjetividade (Santos, 2016, p. 15).

Para aprimorar nosso entendimento do fluxo entre a singularidade e a constituição da individualidade ou da subjetividade (Tertulian, 2004), do processo de tornar-se pessoa (Oldrini, 1995), da individualidade em si para si (Duarte, 1999) ou do desenvolvimento da personalidade conforme a concepção lukacsiana trabalhada por Costa (2007), é fundamental apreender a distinção entre a objetivação e a exteriorização no ato do trabalho, realizada por Lukács (2013) a partir do pensamento marxiano.

Tertulian (2004, p. 11) identifica nessa distinção no ato do trabalho entre o momento da objetivação e o da exteriorização a chave para a reflexão e o reconhecimento de uma “filosofia da subjetividade em Marx”:

O primeiro traduziria as transformações estabelecidas no mundo dos objetos para torná-los conforme o objetivo pretendido; o segundo, as reverberações destas atividades na constituição da subjetividade, as qualidades especificamente subjetivas que se exprimem no objeto criado.

Costa (2007) contribui com essa reflexão ao analisar fundamentos para uma teoria da personalidade em Lukács (2013), e nos mostra os nexos entre objetivação, exteriorização e estranhamento/alienação. Por meio das conquistas produzidas no trabalho, a objetivação assume o momento decisivo da sociabilidade que avança com novas descobertas, enquanto por meio da exteriorização tem origem a individuação, momento em que os indivíduos desenvolvem novas necessidades, refinam as capacidades humanas e, desse modo, individualizam-se e fazem florescer a personalidade, que “com toda a sua problemática é uma categoria social” (Oldrini, 1995). As alienações assumem a função social de bloquear a individualidade ao plano do em si. Vejamos a reflexão proposta pela autora:

A sociedade capitalista apresenta um alto grau de desenvolvimento das forças produtivas, portanto, das capacidades humanas. Neste estágio de desenvolvimento genérico a individualidade alcança concomitantemente um grau elevado de evolução em termos do afastamento das barreiras naturais. Os indivíduos, conseqüentemente as personalidades, se tornam cada vez mais complexos com o impulso da divisão do trabalho e da complexidade de atividades a requererem uma síntese de suas capacidades singulares. Mas a relação entre o crescimento

das forças produtivas e das personalidades se apresenta contraditória e desigual. As alienações operantes na produção e na reprodução da vida social tendem a bloquear e reduzir a personalidade somente ao plano particular do em-si, cuja referência básica se encontra na aspiração ao ter, à garantia da reprodução material por excelência. Aspiração regida pelas determinações da reprodução social com base em relações de exploração do homem pelo homem (Costa, 2007, p. 157-158).

A gênese e desenvolvimento da individualidade remetem, portanto, à divisão social do trabalho, que impõe como condição diante de situações concretas vivenciadas no processo de desenvolvimento das forças produtivas e do afastamento das barreiras naturais que o indivíduo busque respostas a problemas/necessidades que são reais. E de forma cada vez mais desenvolvida e complexa, entre em contato com outros indivíduos e com uma multiplicidade de atos heterogêneos no trabalho e além deste, que leve ao aprimoramento de suas habilidades e capacidades; à dinâmica de apropriação de experiências pretéritas, que exige escolhas entre alternativas. Ou seja, não é um movimento linear e mecânico. Ao contrário, supõe decisão para avaliação do que é certo e errado, pertinente ou não diante de determinadas condições. Buscas são desencadeadas, em cada contexto histórico, para enfrentar novas necessidades e respostas.

Em síntese, como vimos, é possível, portanto, extrair do ato do trabalho uma série de implicações que, articuladas, no universo das diferentes modalidades de práxis social, geram qualidade e particularidades à individuação. Lukács (2013) afirma o caráter indissociável entre a sociabilidade e a individualidade, alertando para o fato de que embora a sociabilidade assuma a condição de momento predominante na elevação da mera singularidade à individualidade autêntica, ambos os complexos sociais estão dialética e organicamente articulados como dois polos de um mesmo processo que é a reprodução social. Lessa (2007, p. 119), a partir da ontologia lukacsiana, analisa os nexos, as mediações fundamentais que nos permitem afirmar que “[...] não há ato humano singular senão no interior de uma totalidade social, não há individualidade fora da totalidade social”.

Para fundamentar nossa análise destacaremos, então, quatro elementos de mediação que, oriundos do trabalho, espraiam-se muito além deste processo, e incidem de forma concreta tanto na sociabilidade quanto na individualidade. Temos, então, como primeiro elemento o impulso à generalida-

de humana extraído do momento da teleologia (prévia-ideação), como também após a objetivação, considerando que o novo objeto, criado pelo trabalho, insere-se nas relações sociais existentes e de algum modo interfere/altera a vida social. A generalização inerente e decorrente do trabalho causa implicações na subjetividade ao ampliar e qualificar o processo de individuação, pois interfere na consciência do indivíduo que aprende na história, apropria-se dos conhecimentos conquistados pelas gerações anteriores e escolhe entre alternativas, na perspectiva de oferecer respostas, sob determinadas condições e temporalidade histórica. A consciência, embora existente sempre no indivíduo singular, incide nos dois polos (sociabilidade e individuação). Do mesmo modo, a generalização assume um caráter objetivo, voltado à materialidade propriamente dita dos objetos, que se incorporam à dinâmica das relações sociais e possibilitam o avanço do processo de sociabilização que, por sua vez, terá implicações contundentes nas vidas individuais.

Outra mediação que caracteriza o segundo elemento que queremos assinalar é o caráter genuinamente ineliminável da contradição existente entre os elementos genéricos e particulares. O que nos permite apreender a permanente tensão entre as necessidades, os interesses e os valores que remetem mais diretamente ao gênero humano e os que assumem condições apenas particulares. Na acepção lukacsiana, todo conflito social possui uma contraditoriedade desse tipo, e é justamente essa tensão entre o gênero e a dimensão particular que gera os conflitos sociais.

Contudo, vale registrar que essa tensão permanente entre o gênero e o particular assume densidade histórica e se eleva, do ângulo da sociabilidade, sob as bases concretas das determinações societárias, em cada contexto sócio-histórico. Nas sociedades de classe, verifica-se a tendência de prevalência dos interesses das classes dominantes sobre os interesses da individualidade e da totalidade social. Em se tratando da sociedade capitalista, que representa a sociedade de classe em sua estrutura puramente social e mais desenvolvida, se considerada em termos das suas determinações mais gerais, fundada na desigualdade social, na propriedade privada, na exploração da força de trabalho¹³ e, constituindo-se sob particularidades históricas, em uma sociedade hetero-patriarcal-racista, verifica-se a tendência de uma verdadeira

13. Analisaremos no próximo item as relações de funcionalidade e determinação entre capitalismo, patriarcado, heterossexismo e racismo.

imposição econômica, ídeo-política e cultural dos interesses particulares da burguesia sobre a humanidade. Nesse solo histórico, consolida-se o universo do individualismo “[...] como ideologia que justifica a priorização e o favorecimento de interesses singulares contrapostos ao desenvolvimento da genericidade humana” (Netto e Braz, 2006, p. 47). De acordo com Schaff (1990, p. 103), o individualismo “considerado como categoria, representaria a existência individual sem restrições e orientada apenas pelo livre-arbítrio pessoal e por considerações voltadas exclusivamente para o próprio interesse”. Está explicada, pois, a diferença fundamental entre a individualidade e o individualismo, e a relação desses complexos com a sociabilidade.

O capitalismo é, também, a forma histórica que institui a separação entre a vida pública e a vida privada; a dicotomia entre *bourgeois* e *citoyen*; além de materializar e enaltecer o reino do mercado, com a crescente e deletéria mercantilização de todas as dimensões da vida social, que se encontram submetidas ao valor de troca. Na perspectiva da individualidade, a tensão entre o gênero e o particular se manifesta nos atos, valores, decisões concretas dos indivíduos nas diferentes modalidades da práxis social que desenvolvem.

O terceiro elemento de mediação que interfere igualmente na sociabilidade e na individualidade diz respeito a um conjunto de complexos sociais parciais (a moral, os costumes, o direito e a ética) que tem a função social, nos termos lukacsianos, de operar sobre os conflitos sociais, tornando-os visíveis e “socialmente reconhecíveis as necessidades sociogênicas postas pelo devir humano [...], com isso possibilitando a sua elevação à consciência em escala social” (Lessa, 2007, p. 150).¹⁴

É fundamental destacarmos um quarto elemento de mediação que tem grande relevância no entendimento da diversidade humana: a reciprocidade.¹⁵ Para entendê-la, vale registrar que:

14. Lukács diferencia, entre esses complexos, o lugar e função social da ética, como mediação capaz de promover a superação da tensão entre gênero e particular, possibilitando a elevação à generalidade humana autêntica ou do gênero humano a um estado mais pleno do seu ser-para-si. Os demais complexos assinalados, por não superarem tal tensão, embora tragam à tona os conflitos sociais, podem, a depender das escolhas individuais e das condições históricas postas, amesquinhar e travar conquistas e avanços societários mediante a hegemonia de interesses particulares.

15. “[...] A relação dos indivíduos entre si é a possibilidade da existência destes, enquanto individualidades propriamente ditas. E isto em razão de cada um deles somente poder realizar-se como individualidade, efetivando seus fins, apenas na medida em que se ofereça como meio para um outro. Ser indivíduo é desta maneira diretamente ser para o outro. O servir a si só é uma possibili-

[...] o desenvolvimento da sociabilidade gera um processo de complexificação da individualidade e, neste sentido, ampliam-se, qualitativa e quantitativamente, as reivindicações socioculturais que revelam o caráter social da individualidade que consiste no fato de os indivíduos estabelecerem relações e nexos para a produção de suas necessidades, utilizando e transformando os meios e as condições postas na natureza, tendo como principal elemento a ação de reciprocidade estabelecida neste intercâmbio, em que cada indivíduo necessita e se realiza por intermédio do outro (Santos, 2008, p. 75).

No quarto volume desta Biblioteca Básica, ao analisar as bases sócio-históricas de constituição da ética, Barroco (2008, p. 21-22) afirma:

[...] a sociabilidade é inerente às atividades humanas, expressando-se no fato ontológico de que “o homem” só pode constituir-se como tal em relação com outros “homens”¹⁶ e em consequência dessa relação; ela *reciprocidade* social, reconhecimento mútuo de seres de uma mesma espécie que partilham uma mesma atividade e dependem uns dos outros para viver.

A ação de reciprocidade é estabelecida neste intercâmbio em que cada indivíduo necessita e se realiza por intermédio do outro. É necessário destacar que, sob as condições concretas da sociabilidade do capital, a reciprocidade entre os indivíduos se efetiva levando em consideração determinações e mediações oriundas das relações sociais fundadas na divisão social e sexual do trabalho, propriedade privada, na exploração da força de trabalho e na disseminação de um *éthos* voltado aos interesses particulares. Obviamente, as contradições são integrantes da realidade. E é justamente da ineliminável força contraditória que se edificam, no plano da sociabilidade sob o comando do capital, a produção social da riqueza e sua apropriação privada, além da luta de classes como essência da história. Essa realidade, quando captada pela classe trabalhadora, tende a desencadear formas de resignação ideoló-

dade real na medida em que realizo o outro pela minha produção. Temos assim “1) que cada um atinge seu fim na medida em que serve ao outro; 2) que cada um se torna meio para o outro (ser-para-outro) sendo seu próprio fim (ser-para-si); 3) que a reciprocidade a partir da qual um é por sua vez meio e fim, isto é, atinge seu fim somente tornando-se meio, e torna-se meio apenas colocando-se como seu próprio fim, que cada um põe seu ser para si mesmo — que esta reciprocidade é um fato necessário, pressuposto natural do intercâmbio [...]” (Alves, 2000, p. 24).

16. Grifo nosso.

gica, mas também de resistência, por meio de lutas sociais que não podem prescindir da existência e presença ativa dos indivíduos. No nível da individualidade, os indivíduos ampliam e sofisticam sua consciência de classe ao vivenciarem as contradições, ao realizarem questionamentos e escolhas que produzem decisões, a partir de alternativas, na perspectiva de que as relações sociais alcancem um tipo de reciprocidade que incorpore e se fundamente na igualdade e na liberdade substantivas, nos termos de Mészáros (2002). As lutas sociais, também, a depender da direção social, podem levar a adaptação à sociedade vigente, notadamente quando se perde a orientação classista dessas lutas e buscam-se processos de conciliação de classe, ou seja, que desconsideram o antagonismo visceral entre capital e trabalho.

Como vimos, nesse processo de individuação a consciência assume um lugar especial, considerando que o indivíduo, ao responder às suas necessidades: absorve conhecimentos pretéritos; elabora novos conhecimentos; escolhe entre alternativas postas; toma decisões e apreende sistemas de mediação. Sobre isso é pertinente a observação de Lukács (2013, p. 278) ao afirmar que:

Nesse ponto, também, é importante pôr de lado os preconceitos mecanicistas vulgares dos seguidores de Marx. A maioria deles fez da legalidade objetiva da economia uma espécie de ciência natural especial, reificou e fetichizou as leis econômicas de tal maneira que o homem singular necessariamente se revelou como um objeto totalmente sem influência, à mercê de sua ação. Naturalmente o marxismo contém uma crítica da superestimação desmedida da iniciativa individual por parte das concepções de mundo liberais burguesas.

É possível extrair dessas reflexões duas questões que interessam de modo especial quando pensamos a diversidade humana. A primeira questão é justamente a própria concepção de diversidade. Nosso entendimento é de que os indivíduos, no processo de individuação, se constroem de forma diversa mediante a existência de um conjunto heterogêneo de atos que o impulsiona no processo reprodutivo mediante o decurso histórico-social. Isso leva ao desenvolvimento da sociabilidade e da individuação, tendo lugar decisivo a formação da personalidade e o papel da consciência na vida cotidiana. A diversidade humana brota, portanto, de um movimento histórico permanente desencadeado, na sua raiz, no ato do trabalho e que assume características mais sofisticadas no campo mais amplo das diferentes moda-

lidades de práxis social. Os indivíduos sociais se tornam cada vez mais complexos e diversos, desdobrando, por um sistema de mediações, o processo de objetivação/exteriorização.

Assim, a diversidade humana não é atributo oriundo das lutas sociais. Por intermédio dessas lutas, os indivíduos politizam a diversidade, sendo esta algo que é próprio da individualidade, que se expressa no desenvolvimento das forças produtivas, considerando as objetivações/exteriorização do ser social que demandam respostas cada vez mais complexas. Com isto, os indivíduos, no decurso da história, apresentam as mais variadas distinções de classe, geração, raça/etnia, orientação sexual, identidade de gênero, dentre outras. São distinções que particularizam o modo de ser e estar no mundo dos indivíduos, que explicitam o seu pertencimento como ser singular à universalidade do gênero humano (Santos, 2016, p. 14).

No debate contemporâneo, especialmente após a década de sessenta do século XX com a organização coletiva de vários sujeitos políticos no universo da luta contra o racismo e em defesa da agenda política do feminismo e da diversidade sexual, é comum atribuir à diversidade um caráter quase exclusivamente voltado ao estilo de vida, ao modo de se expressar dos sujeitos e às características relacionadas, dentre outras, à raça/etnia, à orientação sexual e à identidade de sexo.¹⁷ Não temos dúvidas de que os indivíduos se tornam diversos em face dessas questões também, mas a ruptura ou a não consideração dos fundamentos teórico-metodológicos nos termos assinalados aqui anteriormente tem levado, no território da produção do conhecimento e da política, às seguintes simplificações:

- entendimento do indivíduo circunscrito à sua singularidade, em que as determinações societárias são desconsideradas ou mecanicamente tratadas, derivando disso uma concepção de subjetividade que rompe com a totalidade social e emana de um mundo transcendente;

17. Entre os sujeitos coletivos e movimentos sociais costuma-se denominar “identidade de gênero”, todavia, preferimos a utilização da concepção de “identidade de sexo”, defendida por Mathieu (2014), por concordarmos com seu entendimento de que o sexo não é um dado biológico, mas deve também ser compreendido como síntese de uma construção social. Entendemos que ao utilizar “gênero”, contribuimos para a equivocada biologização do sexo. Além disso, tecemos uma série de críticas ao conceito de gênero, como pode ser verificado no item 1.2 deste livro. Para um maior aprofundamento sobre identidade de sexo, ver Mathieu (2014).

- confinamento da subjetividade a um suposto mundo interior dos indivíduos, que se desenvolve de forma independente e autônoma da sociabilidade e do processo de elevação das capacidades humanas, determinado na divisão social do trabalho e no conjunto de atividades que envolvem a práxis;
- reprodução de uma visão idealista ao apreender o indivíduo e suas inquietações, conflitos e buscas num suposto “universo interior”, desconectado das relações sociais vigentes em cada período histórico;
- análise restrita da diversidade humana, relacionando-a apenas aos atributos e às características físicas e emocionais que diferenciam os indivíduos e/ou considerando como diversos somente os que são alvo preferencial das formas opressivas e discriminatórias, a exemplo das mulheres; da população LGBT; da população negra; das pessoas com deficiência, dentre outras;
- rejeição da luta de classes como força motriz da sociedade, numa explícita capitulação ao sistema do capital, ainda que esta não seja, necessariamente, a intencionalidade dos indivíduos;
- redução da vida social e dos complexos fenômenos realmente existentes ao plano do discurso, considerando a linguagem:

[...] campo que a tudo satura; uma esfera tão onipresente, tão dominante, que virtualmente extingue a ação humana. Tudo é discurso, entendam; e o discurso é tudo. Uma vez que os seres humanos são criaturas linguísticas, uma vez que o mundo onde agimos é conhecido e descrito através da língua, esse novo idealismo alega que nada existe fora dela (McNally, 1999, p. 33).

Reconhecemos, portanto, a riqueza dos fundamentos marxianos e de contribuições relevantes no universo da tradição marxista que analisam os processos de individuação e de formação da subjetividade em sua relação dialética com a sociabilidade. Reforçam, assim, a necessidade da superação de leituras e interpretações da realidade economicistas,¹⁸ as quais cancelaram e/ou empobreceram o papel da consciência e as mediações entre economia, política e cultura, e entre classe social e individualidade. De outro modo,

18. Para aprofundar as reflexões sobre marxismo, individualidade e subjetividade: Sève (1979); Duarte (1993); Oldrini (1995); Iamamoto (2001); Tertulian (2004); Lessa (2007); Costa (2007); Barroco (2008); Iasi (2012); e Lukács (2013), dentre outras referências.

estes fundamentos contribuem, também, no enfrentamento de concepções, bastante em voga nos dias atuais, e de fácil adesão social em conjunturas de crise estrutural,¹⁹ que criam uma espécie de fetiche da individualidade, ao abordá-la dissociada do trabalho como categoria fundante do ser social e das mediações sócio-históricas, que visam superar o caráter fragmentário das demandas e questões postas na sociedade capitalista.

Nossa análise intenciona entender feminismo e diversidade sexual nas teias de determinações complexas que, ao reconhecer particularidades da exploração capitalista, buscam apreender, na realidade histórica, como este modo de produção e reprodução social torna funcional ao seu desenvolvimento e interesses econômicos, políticos e culturais o racismo, o patriarcado e o heterossexismo. Em síntese, a concepção que articula trabalho, indivíduo e diversidade humana afirma:

- os fundamentos do projeto ético-político profissional orientados na perspectiva histórica e de totalidade na apreensão do indivíduo e da vida social;
- o entendimento da diversidade humana e suas expressões concretas no processo de individuação, e não como automovimento da razão e do discurso, numa concepção idealista que se ocupa dos fenômenos históricos sem considerar a história;
- o legado marxista para superar abordagens que simplificam a realidade e os indivíduos a campos autônomos (economia; política; cultura; linguagem; dentre outros); e
- a necessidade de estudos e pesquisas que aprofundem as reflexões críticas no campo da diversidade humana e, em particular, sobre a sexualidade.

Os fundamentos articulados a partir da concepção de trabalho, indivíduo e diversidade humana, nos termos anteriormente apresentados, definem, portanto, a direção social dada do ponto de vista teórico-metodológico de entendimento da realidade em uma perspectiva de totalidade e como síntese de múltiplas determinações. Seguiremos com o objetivo de agregar a esses fundamentos a apreensão crítica do heteropatriarcado e do racismo como

19. Cf. Netto e Braz (2006), especialmente os capítulos 7, 8 e 9 e, para aprofundar, dentre muitos outros, Mészáros (2002) e 2009).

funcionais e constituintes do capitalismo. Nesse sentido, particularizam a divisão social do trabalho, nas dimensões sexual e racial.

1.2 Patriarcado, divisão sexual e racial do trabalho e as relações sociais de sexo: para além de uma “questão de gênero”

O campo dos estudos feministas é fundamentado por categorias teóricas que possibilitam analisar a construção sócio-histórica e econômica das desigualdades entre os sexos. Dentre essas categorias, destacamos patriarcado, divisão sexual e racial do trabalho e relações sociais de sexo.

A palavra patriarcado, segundo Christine Delphy (2009b, p. 174), “vem da combinação das palavras gregas *pater* (pai) e *arke* (origem e comando). [...] Portanto, o patriarcado é literalmente a autoridade do pai”. Assim, “designa uma formação social em que os homens detêm o poder, ou ainda, mais simplesmente, o poder é dos homens. Ele é, assim, quase sinônimo de ‘dominação masculina’ ou de opressão das mulheres” (Delphy, 2009b, p. 173). Ainda que concordemos com Delphy, é preciso entender que o patriarcado por funcionar como sistema e, como tal, fazer-se presente nas relações sociais, também é reproduzido por mulheres, mesmo sem a presença direta de um homem (Saffioti, 2004). Todavia, sempre que uma mulher reproduz o patriarcado, ela favorece a lógica de dominação masculina e fortalece a subordinação feminina. Em outras palavras, ao reproduzir o patriarcado, as mulheres, diferentemente dos homens, não usufruem de privilégios, ao contrário.

O patriarcado, embora atinja de forma estrutural a sociedade, dirige suas implicações centralmente às mulheres; há, contudo, outros sujeitos que ao transgredirem o “modelo” patriarcal do “macho” também sofrem sua opressão. Todos eles, porém, são associados pejorativamente ao sexo feminino. Assim, ainda que atinja outros sujeitos, a lógica que estrutura o patriarcado é de privilégio e dominação masculinos relacionados à subalternização e à invisibilização das mulheres e do que é associado ou considerado e identificado como feminino, a exemplo das travestis e das mulheres transexuais. Logo, ainda que o exercício do poder patriarcal não se restrinja ao sexo biológico da mulher, permeia a construção social do sexo feminino, que se associa ao frágil, ao desvalorizado, ao subalterno e ao subserviente, enquanto o “modelo” patriarcal do homem é o da força, virilidade, poder e dominação.

O controle sobre o corpo e a sexualidade, a opressão e a exploração que o patriarcado desenvolveu e desenvolve sobre a mulher, sob um “modelo” heterossexual obrigatório de naturalização dos sexos, vieram atender a dois interesses. Primeiro, a garantia de controle sobre as(os) filhas(os), o que significava mais força de trabalho e, portanto, mais possibilidade de produção de riqueza. Segundo, ao garantir que a prole seria sua, assegurava-se aos homens a perpetuação da propriedade privada por meio da herança (Cisne, 2014). Nas palavras de Saffioti (2004, p. 105), o patriarcado transformou as mulheres em “objetos de satisfação sexual dos homens, produtoras de herdeiros, de força de trabalho e de novas reprodutoras”.

Para isso, o patriarcado instituiu “um direito de os homens terem acesso regular e sistemático ao corpo das mulheres, ou seja, estabeleceu-se um contrato de homens para homens, cujos objetos são as mulheres e sua sexualidade” (Táboas, 2014, p. 58). Podemos, portanto, considerar que o patriarcado exerce controle sobre a subjetividade, o corpo e a sexualidade da mulher atingindo, também, a população LGBT, mediante a imposição rígida e binária de um modo de ser feminino e masculino, com ênfase na desvalorização e dominação da mulher e do que é identificado como feminino.

O patriarcado encontra-se, portanto, estruturado por uma lógica heterossexista, relacionada à apropriação masculina sobre o corpo e o modo de ser da mulher, na medida em que legitimou a possibilidade de o homem “impor à mulher um grande número de gravidezes a fim de gerar mão de obra abundante em seu próprio benefício” (Prado, 1985, p. 55). Podemos pensar, também, as bases do heterossexismo associado ao patriarcado, ao entender o heterossexismo como uma forma ideológica de naturalização dos sexos que organiza, estrutura e dissemina a heterossexualidade como a prática supostamente correta e única possibilidade aceitável de expressão e vivência afetivo-sexual. E, desse modo, temos uma imposição da heterossexualidade sobre as demais possibilidades de orientação sexual, que são tratadas sem aceitação e legitimidade social. A força ideológica das relações patriarcais se atualiza de tal forma que, apesar dos avanços históricos decorrentes das lutas sociais dos sujeitos feministas e LGBT, elas encontram maneiras de se reproduzir, posto que são apropriadas nas relações sociais capitalistas, funcionando de modo favorável à exploração da força de trabalho e, quando necessário, à reprodução do conservadorismo; especialmente para exercer controle, disseminam uma concepção de família tradicional, em que o alvo da dominação é o universo identifi-

cado como feminino e uma espécie de negação e inferiorização de tudo que não for heterossexual.

Essa análise histórica é importante para não naturalizarmos o patriarcado. Isso significa que se nem sempre ele existiu, mas foi socialmente construído e, como tal, poderá ser superado. De acordo com Saffioti (2004, p. 60), pode-se dizer que a origem do patriarcado tem cerca de 5.203-4 anos.

O patriarcado especifica as relações de gênero como desiguais, explicitando “relações hierarquizadas entre seres socialmente desiguais” (Saffioti, 2004, p. 119). Assim, é insuficiente falar em gênero, já que este conceito contempla, também, relações igualitárias. Em outras palavras, o conceito de gênero não traz consigo, não comporta em si, a dimensão da desigualdade.

Assim, para analisarmos a sociedade em que vivemos, é importante nomear de quais relações de gênero falamos. No caso, **relações patriarcais de gênero**, que dizem respeito às relações hierarquizantes de opressão e exploração entre os sexos, as quais estão ainda fortemente presentes na sociedade, daí a importância de considerarmos o patriarcado quando refletimos criticamente sobre as relações de gênero.

O patriarcado não surgiu espontaneamente do mundo das ideias ou da cultura, mas possui uma base material e sócio-histórica. Isso significa que as ideias e a cultura patriarcais são socialmente determinadas, com base em relações concretas. Dentre essas relações que dão base à estruturação do patriarcado, destacamos: 1) as relações sociais de sexo/sexualidade; 2) a constituição da família heteropatriarcal-monogâmica associada ao controle sobre a subjetividade e o corpo (e seus produtos — como o controle da procriação e a criminalização do aborto) da mulher e do que é associado ao feminino em toda sua heterogeneidade de expressão; 3) a divisão sexual e racial do trabalho; 4) a violência contra a mulher e a população LGBT.

Nenhum desses elementos, por sua vez, resulta de um processo natural, tampouco estão isolados. Todos se associam entre si, na constituição de um sistema patriarcal regido pela “dinâmica entre controle e medo” (Saffioti, 2004, p. 136). Controle e medo que se combinam para assegurar condições de exploração, de opressão, violação de direitos, violência e a garantia da reprodução da propriedade privada, o que demanda a construção de ideologias que naturalizam os sexos e as relações de desigualdades, além de suprimir ou desvalorizar a dimensão da diversidade humana. Passemos a analisar as bases materiais que sustentam essas ideologias.

1.2.1 As relações sociais de sexo/sexualidade e o conceito de gênero

Os chamados “estudos de gênero” surgem sob a influência de feministas acadêmicas, no final do século XX, destacadamente entre as décadas de 1970 e 1980. A sua grande contribuição veio para enfatizar a necessidade de se desnaturalizar e historicizar as desigualdades entre homens e mulheres. Em outras palavras, a despeito das divergências e multiplicidades teóricas que envolvem o conceito de gênero, convencionou-se, hegemonicamente, que ele designa a construção social do masculino e do feminino.

É importante ressaltar, todavia, que ainda que não se utilizasse a expressão “gênero”, essa concepção já estava presente no feminismo. Como exemplo, citamos Simone de Beauvoir que na década de 1940, em sua clássica obra *O segundo sexo*²⁰ (1980 [1949], v. 2, p. 9), já afirmava:

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino.

Além de Beauvoir, poderíamos citar muitas expressões feministas, não apenas no campo da produção teórica, mas, também, da ação política, que demonstraram entender a desigualdade entre homens e mulheres como histórica e não natural, e também lutaram contra essa desigualdade.²¹

20. *O segundo sexo* foi publicado em 1949, pela editora francesa Gallimard, sob o título original em francês: *Le deuxième sexe*. Françoise Collin (2009, p. 61) afirma: “a originalidade e o interesse de *O segundo sexo* de Simone de Beauvoir está em articular todos os aspectos do problema das relações entre os sexos e de mostrar que suas modalidades sociológicas, econômicas, psicológicas são o fruto de uma estrutura única. Esta última é tributária não de uma realidade ontológica denominada ‘natural’, mas de uma relação de dominação que, embora pareça não poupar nenhuma sociedade e nenhuma época da História, é apresentada como culturalmente construída e, portanto, passível de ser superada”.

21. O primeiro livro feminista registrado, escrito por uma mulher, foi publicado em 1405, de Christine de Pisan (poetisa e filósofa italiana, radicada na França e considerada a primeira mulher a viver do seu trabalho literário). O livro se intitula: *A cidade das damas*. Mesmo antes desse livro, Christine já havia publicado poesias contestando a forma patriarcal como as mulheres eram tratadas. Nas Américas, destacamos o pioneirismo no século XVII de Juana Inés de la Cruz (mexicana, poetisa e dramaturga), considerada a primeira feminista das Américas por seus textos em defesa do trabalho intelectual da mulher, além do seu protagonismo na poesia erótica. Um pouco mais adiante,

Outras categorias teóricas, da mesma forma, trazem essa análise da construção social do masculino e do feminino em uma perspectiva histórica, como o patriarcado, discutido anteriormente, e outras que veremos a seguir, como divisão sexual do trabalho.

Segundo Piscitelli (2002), apesar de o conceito de gênero já ser utilizado anteriormente,²² há um marco histórico com a publicação em 1975 de um ensaio de Gayle Rubin, “O tráfico das mulheres: notas sobre a economia política do sexo”.²³ Foi a partir da definição/concepção dessa autora, que o conceito de gênero ganhou forte difusão.

Nesse ensaio, Gayle Rubin estabelece uma dicotomia na relação entre sexo/gênero. Gênero é concebido como o que é determinado socialmente e o sexo seria o que é considerado biológico ou fisiológico, ou seja, natural. A

encontramos o marco de Olympe de Gouges (revolucionária, nascida em 1748 na França e guilhotinada em 1793, por ter sido opositora aos líderes da Revolução Francesa, Robespierre e Marat). Em 1791, dois anos após a Revolução Francesa, ela escreve a *Declaração dos direitos da mulher e da cidadã*. Em 1793, acusada de “mulher ‘desnaturada’ e ‘perigosa demais’”, ao se dirigir à guilhotina, ela afirmou, referenciando o artigo 10 de sua *Declaração dos direitos da mulher e da cidadã*: “A mulher tem o direito de subir ao cadafalso; ela deve ter igualmente o direito de subir à tribuna” (Gouges, 2007 [1791], p. 1). Em 1792, temos Mary Wollstonecraft (inglesa, intelectual libertária e antiescravagista) que publica o livro: *A reivindicação dos direitos da mulher*. Nesse livro, a autora contesta filósofos importantes à época, como Rousseau, refutando a ideia de que as mulheres seriam naturalmente inferiores e dependentes emocional e economicamente. Para tanto, destaca a importância do direito à educação formal para as mulheres, fora da domesticidade. Outras obras importantíssimas que merecem destaque na história das mulheres são os livros: *A união operária* (1843) e *A emancipação da mulher* (inédito até 1846), de Flora Tristan (francesa e revolucionária feminista-socialista). Flora foi uma grande militante socialista e defensora dos direitos da mulher, com destaque para a situação das mulheres imigrantes pobres na França e pelo direito ao divórcio. Notem que todos esses marcos em termos de produção de conhecimento e de luta das mulheres antecedem, e muito, a existência do conceito de gênero. Queremos chamar a atenção para o fato de que não foi o conceito de gênero que possibilitou a desnaturalização do sexo. Muito antes dele, já se entendia criticamente a construção social do sexo e se contestava a sua naturalização.

22. “O conceito gênero foi aplicado à diferença sexual pela primeira vez em linhas de pesquisa desenvolvidas por psicólogos estadunidenses. O termo identidade de gênero foi introduzido pelo psicanalista Robert Stoller em 1963, no Congresso Psicanalítico de Estocolmo. Stoller formulava o conceito da seguinte maneira: o sexo estava relacionado com a biologia (hormônios, genes, sistema nervoso, morfologia) e o gênero com a cultura (psicologia, sociologia). O produto do trabalho da cultura sobre a biologia era a pessoa ‘acabada’ *gendered*, homem ou mulher. HARAWAY, Donna: ‘Gender for a marxist dictionary’, in: *Symians Cyborgs and Womem*, 1991” (Piscitelli, 2002, p. 17).

23. “RUBIN, Gayle. ‘The Traffic in Women: Notes on the Political Economy of Sex’. In: REITER, Rayna: *Toward an Anthropology of Women*. *Monthly Review Press*, New York, 1975” (Piscitelli, 2002, p. 17).

dicotomia reside, portanto, entre o que se considera natural (sexo) e social (gênero). Foi com essa perspectiva que o conceito de gênero se difundiu hegemonicamente.

Antes de o conceito de gênero se espriar no campo do feminismo, em 1971, segundo Falquet (2014b, p. 12), Nicole-Claude Mathieu publica o artigo: “Notas para uma definição sociológica das categorias de sexo” e, em 1973, escreve em um segundo artigo a defesa dos sexos “como produtos de um *rapport social*”²⁴ (Mathieu, 1991, p. 43). Com uma abordagem diferente da de Rubin, com foco na crítica à naturalização do sexo, essa feminista materialista protagoniza uma análise sociológica e antropológica do sexo, imbricada nas relações econômicas e sociais de poder. Assim, Mathieu abre um campo de resistência materialista à naturalização dessa categoria (sexo).

Após a difusão do conceito de gênero, a exemplo do pensamento de Rubin, Mathieu publica em 1982, no X Congresso Mundial de Sociologia: “A conceitualização do sexo na prática das ciências sociais e nas teorias dos movimentos de mulheres”. Para Mathieu (2014, p. 176): “A noção de sexo é a organização mental de ideias (representações, mitos, utopias etc.: o sexo ‘pensado’) e de práticas (relações sociais entre os sexos: o sexo ‘agido’) frequentemente contraditórias”.

Assim, Mathieu orienta seu pensamento para o entendimento da construção social do sexo e da sexualidade. Para tanto, considera dois aspectos na relação entre o biológico e o social:

1. Em que medida as sociedades utilizam a ideologia da definição biológica do sexo para construir a “hierarquia” do gênero, que, reciprocamente, é fundado sobre a opressão de um sexo pelo outro;
2. Em que medida as sociedades manipulam a realidade biológica do sexo para efeito dessa diferenciação social (Mathieu, 2014, p. 205).

Em suas análises sobre sexo, gênero e sexualidade, Nicole-Claude Mathieu (2014, p. 207) defende uma “política da anatomia”, na qual entende que tanto o sexo como a sexualidade possuem uma construção social/cultural. Para politizar a anatomia, demanda-se uma “consciência

24. Diz respeito a uma relação social permeada por antagonismos e hierarquias entre grupos ou classes, no caso em questão, entre os sexos, que são atravessados por uma divisão sexual do trabalho.

de classe de sexo”²⁵ nos movimentos de mulheres, “uma identidade de resistência ao gênero”.

Na década de 1990, surgem novas críticas à naturalização do sexo, provocada pela dicotomia do sistema sexo x gênero/natureza x cultura. Judith Butler (1993) aparece com destaque nesse cenário ao criticar essa dicotomia, passando a historicizar também a categoria sexo como algo idealizado e “forçosamente materializado através do tempo”. Nesse sentido, a autora afirma que sexo: “não é um simples fato ou a condição estática de um corpo, mas um processo pelo qual as normas regulatórias materializam o ‘sexo’ e produzem essa materialização através de uma reiteração forçada destas normas” (Butler, 1993, p. 154). Assim, sexo não pode ser compreendido como apenas um “dado corporal sobre o qual o construto do gênero é artificialmente imposto, mas como uma norma cultural que governa a materialização dos corpos” (Idem, p. 155).²⁶ Sobre esse pensamento, uma ressalva se faz importante. Não temos dúvida da influência das normas regulatórias na construção social dos sexos, todavia, é importante questionar de onde vêm essas normas, a quais interesses elas atendem e, fundamentalmente, quais relações materiais as sustentam? Nesse viés, evitamos cair na perspectiva idealista, posto que não são as normas que determinam a construção social do sexo ou do gênero. As normas reproduzem e naturalizam modelos de sexo/gênero, mas elas possuem determinações materiais. O que queremos lembrar é o legado do método de análise marxiano: não são as ideias e as normas que determinam a realidade, é a realidade, com a concretude histórica das relações sociais e seus antagonismos postos na luta de classes, que determina as normas e as ideias. Vale destacar que, para uma apreciação mais densa sobre as normas, é fundamental inseri-las no contexto da análise marxiana sobre o direito, entendido como complexo social particular, que só pode ser analisado em relação de determinação com a totalidade social. Isso porque as normas e

25. Esta noção de “classe de sexo” não será analisada neste livro, mas certamente provoca polêmicas que merecem apreciação crítica, considerando os fundamentos marxianos.

26. Embora tenhamos destacado Mathieu e Butler na crítica à biologização do sexo, ressaltamos que possuem perspectivas teóricas diferenciadas. Butler foca mais sua análise nas expressões individuais, nas *performances*, enquanto Mathieu desenvolve sua análise na construção das relações sociais de sexo que se assentam em antagonismos materiais e estruturais entre o que ela denomina de “classes de sexo”.

[...] as lutas por direito nutrem de possibilidade o processo de socialização da política, ao tempo em que explicitam seu limite, quando se constitui um tipo de universalidade abstrata no reconhecimento de sujeitos de direitos universais, uma forma particular de a burguesia reivindicar para si o domínio ideológico da sociedade. Nesse sentido, o destino das lutas por direito está determinado na dinâmica da luta de classes, num complexo jogo que envolve disputas ideológicas quanto à concepção de sociedade e de projeto societário que se deseja afirmar. Esse processo não pode prescindir da organização política das classes trabalhadoras nem a estas se limitar, pois depende de um conjunto de condições objetivas que interferem na história (Behring; Santos, 2009, p. 280).

A construção social do gênero, portanto, não pode se dar em detrimento da historicização do sexo. A crítica à biologização do sexo a que o gênero esteve associado é uma das razões que fazem algumas feministas materialistas preferirem a adoção do termo “relações sociais de sexo” e não gênero, por entenderem que o sexo também é socialmente determinado e que reduzi-lo à dimensão biológica reforça o processo de naturalização e de a-historicidade que a sexualidade tem sido tratada, notadamente, no ambiente teórico e político conservador. Além disso, as relações sociais de sexo, de acordo com Devreux (2011, p. 10), recobrem “todos os fenômenos de opressão, de exploração e de subordinação das mulheres”. Nosso esforço teórico-político tem sido, a partir desses fundamentos de caráter materialista, desdobrar a análise para o aprofundamento das diferentes formas de opressão.

O conceito de gênero necessita, portanto, de uma análise crítica não apenas pela dualidade que induz ao tendenciar a dicotomia sexo/gênero, natural/social, obscurecendo o caráter histórico de categorias como sexo e corpo. O centro da nossa crítica ao conceito de gênero reside na ocultação da hierarquia e dos antagonismos materiais existentes entre os sexos. Essa ocultação ocorre porque, hegemonicamente, os estudos de gênero não são desenvolvidos de forma relacional aos sistemas de exploração, notadamente, de classe. Ao contrário, eles tendem à discussão mais individual, da construção cultural e da categorização do ser homem e do ser mulher, por meio dos símbolos, das subjetividades, das representações sociais e identidades, deslocando essas dimensões de sua base objetiva e material. Isso implicou uma nova conotação teórico-política para o feminismo, bem menos confrontante e mais institucionalizada, como nos explica Falquet (2012, p. 108):

Tema da academia estadunidense destacadamente, o gênero é introduzido na região principalmente através de teóricos(as) praticantes da cooperação, governamental ou multilateral. Embora muitas vezes usado de forma indiscriminada, muitas vezes, para evitar o estigmatizado termo “**feminismo**” ou para fornecer um “*plus*” para a palavra “mulher” — o gênero também introduz uma renovação teórica. Para algumas, ele permite desnaturalizar a opressão das mulheres: no decorrer de milhares de oficinas que foram organizadas no continente para conhecer a teoria do “**sistema de sexo-gênero**”, cada uma aprende que gênero é uma construção **social**, ainda que se baseie numa diferença biológica (o sexo). Nessas formações aceleradas sobre gênero, a noção de hierarquia entre os sexos é muitas vezes apagada. Quanto às outras relações [*rappports*] sociais, elas simplesmente desaparecem (destaques da autora; tradução nossa).

Assim, além do ocultamento da dimensão hierárquica e conflitual das relações sociais e da contribuição para a biologização do sexo — que leva ao risco de deixar de fora a análise social e histórica dos corpos sexuados — e da priorização dos aspectos simbólicos da opressão das mulheres e das representações, em detrimento da realidade material, o gênero contribuiu para um recuo político do feminismo. Em outras palavras, os estudos de gênero, quando comparados aos estudos feministas, “adquirem, por vezes, um caráter mais ‘neutro’, menos ofensivo, ou seja, mais polido ao gosto das instituições multilaterais e governamentais, além de **aparentemente** mais ‘acadêmico’ ou ‘científico’” (Cisne, 2014, p. 65). Por isso, conseguiram uma maior difusão e aceitação nas “universidades, e mais ainda nas administrações públicas ou nas instituições internacionais” (Pfefferkorn, 2012, p. 79; tradução nossa).

Nessa mesma perspectiva, ressalta Saffioti (2004, p. 138): “Gênero é um conceito por demais palatável, porque é excessivamente geral, a-histórico, apolítico e pretensamente neutro”. Gênero é, pois, um “conceito cujo conteúdo, se apartado das relações sociais de classe e ‘raça’, e da luta pela erradicação das explorações e opressões daí decorrentes, pouco oferece como ‘arma da crítica’” (Cisne, 2014, p. 66).

Após o advento do conceito de gênero, a categoria mulher, de acordo com Piscitelli (2002, p. 7): “passou a ser quase execrada por uma geração para a qual o binômio feminismo/‘mulher’ parece ter se tornado símbolo de enfoques ultrapassados”. Ao ocultar ou mesmo diluir o sujeito mulher, há uma grande perda do ponto de vista político de organização confrontativa do movimento feminista.

Cremos, então, que gênero dificulta a compreensão da problemática que envolve as relações sociais de sexo. A começar pela ocultação que muitas vezes promove ao sujeito político mulher, especialmente, quando não é utilizado de forma associada ao patriarcado e/ou à categoria mulher, a qual os “estudos de gênero” substituiu em grande medida. Isso provoca um sério problema político em termos de desdobramentos para o feminismo, afinal, não podemos, em nenhuma situação, ocultar o seu sujeito político central: a mulher, sem o qual o movimento feminista perde o seu sentido e dilui o seu propósito. Por isso, concordamos com Bandeira (2000, p. 37-38) ao afirmar que: “Gênero é uma palavra que não tem maior consequência quando empregada separadamente da palavra mulher” (Cisne, 2014, p. 67).

Assim, além da naturalização do sexo que o conceito de gênero, em grande medida, trouxe consigo, quando trabalhado de forma isolada do patriarcado e das relações sociais de classe, provocou prejuízos políticos do ponto de vista coletivo da organização feminista, que envolve o processo de consciência de classe e luta das mulheres. Por outro lado, para Jules Falquet (2014b, p. 21), a partir de 1973, com a afirmação de Mathieu de “que os sexos são uma construção social”, pudemos:

[...] sair do impasse ao qual as correntes dominantes do “gênero” parecem ter-nos conduzido, onde, reagindo à ideia de que feminino e masculino seriam essências ou identidades naturais, chegamos a analisá-los como pura ficção. A perspectiva dos *rappports* sociais de sexo revela-se, nesse sentido, muito mais heurística que a do gênero. Falta, certamente, aprofundá-la, em especial no domínio da co-formação dos *rappports* sociais de poder (de “raça” e classe especialmente). Tomara que isso seja feito, na perspectiva aberta por Mathieu, partindo das/os oprimidas/os elas/eles mesmas/os, a fim de estabelecer, a partir da sua consciência, uma verdadeira ciência, não tanto sobre as/os oprimidas/os mas para colocar fim à opressão.

A crítica que fazemos ao conceito de gênero, todavia, não tem a intencionalidade de desconsiderar o legado de resistências que muitas autoras e lutadoras empreenderam com a sua adoção. Destacamos, por exemplo, a socióloga feminista marxista, Heleieth Saffioti, a primeira no Brasil a problematizar a divisão sexual no mundo do trabalho. Saffioti, embora faça uma série de críticas à noção de gênero, como já expusemos algumas delas anteriormente, passou a adotar esse conceito, porém, radicalmente associado ao

de patriarcado e imbricando-o às relações sociais de classe e raça, dotando-o, portanto, de materialidade.

Pelas razões e críticas expostas ao conceito de gênero, optamos aqui pela utilização prioritária da categoria relações sociais de sexo, ainda que reconheçamos que a categoria relações patriarcais de gênero, quando associadas às relações sociais de classe e raça, também corresponde a uma perspectiva crítica e materialista, como sugere Saffioti (2004).

Para melhor compreender a categoria relações sociais de sexo é importante situar seu significado no idioma de sua origem, no caso, francês: *rappports sociaux de sexe*. No francês, existem duas palavras (*rappor-t-s* e *relation-s*) para uma única tradução no português: relação / relações. *Rapport* designa relações estruturais, mais amplas, enquanto *relations* diz respeito às relações pessoais, individuais, cotidianas. Falquet (2012, p. 138), com base no pensamento de Kergoat (2012), ressalta:

As relações sociais se produzem num nível microssocial, são relações interindividuais. *Elas são relativamente fáceis de modificar, mesmo individualmente. As relações [rappports] sociais surgem de um nível macroestrutural. Elas se articulam entre grupos e só podem ser percebidas ou transformadas indireta e coletivamente* (tradução e destaques nossos).

Isso significa que para pensarmos alterações nas relações sociais de sexo são insuficientes mudanças individuais, ainda que necessárias. A organização política coletiva é compreendida como indispensável para alterar as relações estruturantes. Em outras palavras, nós, individualmente, por exemplo, podemos estabelecer uma alteração na nossa vivência familiar, podemos dividir igualmente as tarefas domésticas, mas essa alteração não implicará em transformação na estrutura social da divisão sexual do trabalho. Outras mulheres continuarão sendo exploradas. Assim, ainda que sejam fundamentais as mudanças no nível das relações (*relations*) que estabelecemos no cotidiano, para pensarmos na emancipação da mulher é preciso atingir as relações (*rappports*) antagônicas que estruturam as desigualdades, para nós: as relações sociais de classe, sexo e raça, como veremos no item 1.3.

Annie Bidet-Mordrel e Jacques Bidet (2010) afirmam que as *rappports sociaux* não designam as “simples relações entre indivíduos”, mas, às “relações sociais antagônicas”. Ainda segundo os autores, essa perspectiva marxista permite “elucidar a **estrutura** de classe para compreender a **dinâmica** histórica” (Bidet-Mordrel; Bidet, 2010, p. 31; destaques dos autores, tradução

nossa). A compreensão da importância da estrutura das classes sociais para o entendimento das relações sociais de sexo, todavia, não significa que estas se reduzem às primeiras, ou seja, “a relação social de sexo não se reduz ao fato de ‘se realizar’ dentro das relações sociais de classe” (Bidet-Mordrel; Bidet, 2010, p. 41; tradução nossa).

Assim, a origem da categoria *rappports sociaux de sexe* está diretamente vinculada à de relações sociais de classe, posto que ao ser entendida como relação ampla, estruturante, é impossível não associá-la às relações de classes nas quais se realiza. Como a relação [*rappport*] social está vinculada aos conflitos e tensões entre os grupos sociais com interesses antagônicos, ela atravessa todo o tecido do campo social e dos fenômenos daí decorrentes. Kergoat (2012, p. 126), com base no pensamento de Goldelier (1982), esclarece: “Uma *rappport* social é uma relação antagônica entre dois grupos sociais, construída em torno de uma problemática. É uma relação de produção material e ideal” (tradução nossa).

Outra dimensão que merece destaque na categoria *rappports sociaux de sexe*, é que ela surge em estreita conexão com os estudos sobre a divisão sexual do trabalho, categoria fundamental para os estudos feministas materialistas. A utilização do conceito de *rappports sociaux de sexe*, além de sublinhar a dimensão antagônica das classes, assegura o não esquecimento da centralidade do trabalho para os estudos feministas, como defende Kergoat (2008, 2010).

Relações sociais de sexo permitem ampliar a análise para além de questões individuais, embora reflitam nelas. Trata-se de entender que o sexismo, o machismo, o heterossexismo que, muitas vezes, se expressam individualmente resultam de relações antagônicas mais amplas, mediadas por conflitos e antagonismos que envolvem a constituição patriarcal das relações de sexo, imbricadas nas relações sociais de classe e raça.

Ressaltamos, ainda, que a sexualidade é forjada nas relações sociais, ou seja, não se encontra alheia a elas, portanto, não é simplesmente resultante das relações/desejos individuais, posto que “é antes controlada, incitada e construída nos indivíduos por instituições, normas, aparelhos, no interior das próprias relações sociais (e não anterior ou estranha a estas)” (Toitio, 2013, p. 8).

Em particular, o heterossexismo é produzido pela divisão sexual do trabalho,²⁷ mas ele também organiza dialeticamente as relações sociais de

27. Aprofundaremos esse debate sobre heterossexualidade nos dois próximos itens.

sexo, já que é sob sua “marca” que se dá a relação entre o grupo de homens com o de mulheres (Toitio, 2013, p. 9).

As relações sociais de sexo são, portanto, permeadas por disputas materiais e ideológicas, “formadas pela divisão do trabalho entre os sexos e o controle social da sexualidade e da função reprodutiva das mulheres” (Kergoat, 2010, p. 99). Além da divisão sexual do trabalho, há, de acordo com Devreux (2011), mais duas modalidades de expressão das relações sociais de sexo: a divisão sexual do poder e a categorização do sexo. Segundo a autora, nenhuma dessas modalidades, em qualquer esfera ou momento de desenvolvimento de uma sociedade, pode preceder sobre as outras, ou seja, as relações sociais de sexos “exprimem-se simultânea e conjuntamente por essas três modalidades” (Idem, p. 12).

Identificamos que essas modalidades são, como já apontamos, constitutivas do patriarcado, por isso, e dada a dificuldade de tradução da palavra *rapport* para o português, uma boa alternativa pode ser a utilização da nomenclatura **relações patriarcais de sexo**. Assim, ao nos remetermos ao patriarcado, estamos nos referindo às relações antagônicas, conflitantes, permeadas por hierarquias entre os sexos, portanto, designando o sentido de *rapport* de sexo.

Como sublinhamos anteriormente, embora defendamos a adoção prioritária da categoria relações sociais de sexo ou relações patriarcais de sexo, isso não significa dizer que utilizar gênero, necessariamente, implica abrir mão de uma perspectiva crítica. Agora, adotá-lo em uma perspectiva crítica demanda lançar mão de categorias que deem à análise substância material, econômica e política em torno dos antagonismos e hierarquias das relações sociais que gênero, por si só, não assegura. Daí a nossa defesa de utilizá-lo à luz do patriarcado e relacionado, necessariamente, com as categorias classe social e raça. Não se trata, portanto, de uma mera disputa linguística nem de desconsiderar contribuições importantes dadas por militantes, pesquisadoras e pesquisadores que trabalham com o conceito de gênero. A questão é desvendar as relações de determinação que incidem nos fenômenos e também na forma de nomeá-los. O debate e a pesquisa permanente são vital para evitar sectarismos, superficialidade na análise e reducionismos de qualquer ordem.

Passaremos, agora, a discutir a família heteropatriarcal-monogâmica e sua relação com o controle da sexualidade como pilares de produção e reprodução do patriarcado e do heterossexismo, ou se preferir, do heteropatriarcado, já que se combinam mutuamente.

1.2.2 Família heteropatriarcal-monogâmica e o controle sobre as mulheres e a população LGBT

A família, tal como hoje a conhecemos, não surge como resultado do amor entre os indivíduos. Surge como a propriedade patriarcal de tudo o que é doméstico

(Lessa, 2012, p. 31)

A palavra família é de origem latina, *famulus*, que significa: “conjunto de servos e dependentes de um chefe ou senhor” (Prado, 1985, p. 51). Nessa perspectiva, complementa Delphy (2009a, v. 1, p. 39, tradução nossa):

[...] Família em latim designa um conjunto de terras, de escravos, de mulheres e crianças submissos ao poder (então sinônimo de propriedade) do pai de família. Nessa unidade, o pai de família é dominante: o trabalho dos indivíduos sob sua autoridade lhe pertence ou, em outros termos, a família é um conjunto de indivíduos que devem seu trabalho a um chefe.

Segundo Mary Alice Waters (1979, p. 84), o surgimento da família monogâmica ocorreu com a destruição das tradições igualitárias. Sobre essa análise histórica, Waters (p. 84-85, tradução nossa) explica:

[...] os indivíduos começaram a se apropriar do excedente criado pelo trabalho coletivo da comunidade, conservando-o como propriedade pessoal ou privada. Conforme começou o desenvolvimento da propriedade privada, teria que se criar um mecanismo ou instituição que regularia e manteria a distribuição desigual e as necessidades de vida.

A perspectiva coletiva e igualitária vai sendo substituída pela lógica privada e individualista com a família monogâmica. Lessa (2012, p. 25-26) explica a necessidade dessa nova lógica familiar:

Para que a resistência contra a exploração seja controlável, é fundamental que os escravos, servos, proletários, etc. busquem a sua sobrevivência de modo individual, não coletivo. Era para isso necessária a destruição dos laços primitivos que faziam da sobrevivência de cada indivíduo a condição necessária para a sobrevivência de toda a comunidade.

A partir do momento em que surge a exploração entre seres humanos, as relações passam a ser regidas pela concorrência. É nesse solo que a criação e a educação das crianças, bem como a preparação dos alimentos e da moradia etc., não são mais possíveis de serem realizadas como atividades coletivas. “Terão de ser, agora, atividades privadas, que se destacam da vida social (tal como o indivíduo, agora, passa a ter uma vida privada [...]). É assim que a família se desloca do coletivo e se constitui em núcleo privado” (Lessa, 2012, p. 26). É assim que a família monogâmica ou nuclear é construída.

De acordo ainda com Lessa (2012, p. 10), a constituição da família monogâmica encontra sua gênese, como um aspecto decisivo, na organização da sociedade de classes que, por sua vez, foi sendo tecida por meio da violência e do trabalho explorado e alienado que constituem a propriedade privada. Explica Lessa (2012, p. 25): “[...] a propriedade privada, as classes sociais e a violência cotidiana são, no dizer de Marx, ‘determinações reflexivas’: uma não existe sem as outras, elementos que são de uma mesma totalidade, a sociedade de classes”.

Como, então, compreender o aspecto decisivo da família monogâmica na constituição da sociedade de classes? A transição da sociedade primitiva, na qual todas(os) compartilhavam o cuidado e a alimentação, para a sociedade de classes alterou o modelo de família comunal para monogâmica ou nuclear. Esse processo foi mediado por meio da violência, da propriedade privada e da subserviência das mulheres aos homens, como nos relata Lessa (2012, p. 26):

[...] a destruição das sociedades primitivas e a imposição da exploração do homem pelo homem [sic] apenas pôde ocorrer com a aplicação da violência. É nesse momento histórico que a guerra surge como um complexo social e que fará parte da humanidade [...]. Como será da guerra que virão os escravos, e já que a guerra é uma atividade predominantemente masculina,²⁸ a riqueza que será expropriada dos trabalhadores será, então, convertida em propriedade

28. “[...] como nas sociedades primitivas a quantidade de bebês dependia diretamente da quantidade de mulheres, a preservação da vida delas era muito mais importante do que a dos homens. Assim, na divisão das tarefas, as mais perigosas tenderão a ficar sob responsabilidade masculina. Desde o início a guerra foi uma atividade predominantemente masculina — ainda que não *apenas* masculina. Há relatos e lendas acerca da bravura e ferocidade das mulheres em combate, nessa época de transição (Lessa, 2012, p. 27, destaque do autor). Além disso, Saffioti (2004) destaca a dificuldade de as mulheres caçarem por conta de as crianças dependerem da amamentação, e levá-las dificultava essa tarefa por conta do choro das crianças.

privada dos indivíduos masculinos da classe dominante. Caberão, assim, aos homens da classe dominante as atividades fundamentais para a reprodução da sociedade [...]. A economia, o direito, a política, a religião, a guerra, o comércio, as artes, a filosofia, a ciência, a exploração e a conquista de novos territórios surgem já como atividades masculinas. [...] tudo o que diz respeito ao destino da classe, à história do período, estará a cargo dos indivíduos masculinos; [...] Por outro lado, sem a reprodução biológica dos indivíduos nenhuma sociedade pode existir. [...] nas sociedades de classe é impossível que a criação das crianças, a preparação dos alimentos, da moradia, etc. continuem como atividades coletivas. Nenhum senhor de escravo, senhor feudal ou burguês criará ou pagará a alimentação dos filhos de seus concorrentes — do mesmo modo que não cuidam dos filhos dos trabalhadores que exploram. [...] tais atividades [...] serão agora exercidas pelas mulheres enquanto parte da vida privada (isto é, não coletiva) de cada proprietário.

Para perpetuar essa divisão desigual de tarefas e poder²⁹ entre homens e mulheres, garantido a propriedade privada e sua perpetuação de uma geração à outra, por meio da herança, a família passou a demandar o modelo monogâmico e heterossexual, que coroam a construção de um modelo de família com base no patriarcado. O controle sobre o corpo e a sexualidade feminina via monogamia passa a assegurar a prole aos homens, o que lhes garante força de trabalho e herdeiros legítimos (Engels, 1979).

A constituição da família patriarcal monogâmica e heterossexual foi sendo pautada pelo controle, culpa, medo e proibições, como nos elucida Okita (2007, p. 33-34):

Pela primeira vez, sentimentos sexuais e emocionais começaram a ser influenciados pelo controle social, e proibições sexuais rígidas foram construídas. Vergonha, culpa e medo passaram a ser relacionados com o sexo e como forma de opressão para a manutenção da ordem. O que era casual, espontâneo e natural começou a ser objeto de conflitos e, em última instância, perseguição. Com a propriedade privada, o natural passou a ser não natural.

[...] A sexualidade, em geral, assumiu uma significação social negativa. Era uma forma de expressão pessoal incompatível com a nova ordem patriarcal, somen-

29. “O poder advém da propriedade privada. Esta é [...] a riqueza expropriada dos trabalhadores e que se volta contra eles sob forma do poder econômico, político e militar dos senhores” (Lessa, 2012, p. 28).

te sendo permitida dentro dos limites rígidos da família monogâmica dominada pelo homem. Este fato resultou em que a homossexualidade, pela primeira vez, era um fenômeno condenado. As relações homossexuais da mulher, como também as heterossexuais, eram limitadas pela dominação patriarcal. As relações sexuais do homem eram mais livres do que as da mulher. Porém, aquelas relações masculinas que não resultassem herdeiros eram condenadas pelo sistema patriarcal, cujo pai adquiriu o direito de passar suas propriedades para os filhos. É provável que o medo de não deixar herdeiros fosse um dos fatores principais para a proibição homossexual.

O controle sobre a sexualidade da mulher passa a ser constituído, ao passo que aos homens se estimula total liberdade sexual. Nas palavras de Lessa (2012, p. 32): “Na mesma proporção em que à mulher é negado o direito ao prazer, aos homens é requerida uma volúpia incontável”. Nesse sentido, a monogamia nunca foi uma condição para os homens. Esse fato denuncia que seu fundamento não é uma questão moral, se assim o fosse, seria estendida aos homens. A família monogâmica é constituída, portanto, “por um homem e uma ou várias mulheres em uma relação de opressão — nem consensual, nem autônoma” (Lessa, 2012, p. 39).

Esse modelo de sistema familiar monogâmico é absolutamente funcional para oferecer à classe dominante “a forma mais barata possível para a reprodução de novas gerações de massas trabalhadoras” (Waters, 1979, p. 86, tradução nossa). Por isso, ainda segundo Waters (1979, p. 87, tradução nossa), “este sistema serve perfeitamente para maximizar a acumulação privada de riqueza social, e para perpetuar a opressão da mulher”. Para tanto, há construção do masculino como dominante, o que exige a definição do que não é considerado “viril”. Nas palavras de Devreux (2011, p. 14):

[...] a posição dominante dos homens dispensa estabelecer o que é o masculino, pois o masculino é a norma de referência. É necessário, para essa dominação masculina, ditar o que não é suficientemente viril (por exemplo, com relação à homossexualidade) para consolidar a norma de referência.

Para Mészáros (2002, p. 271), a família nuclear “não deixa de ser profundamente autoritária devido às funções que lhe são atribuídas num sistema de controle metabólico dominado pelo capital que determina a orientação de indivíduos particulares por meio de seu sistema incontestável de valores”.

Para manter esse “sistema incontestável” de valores, a família conta com a ideologia de que é o “lugar de aconchego e paz”. Na verdade, isso “mascara a prática da violência em suas diversas formas: violência física, psicológica e sexual e maus-tratos contra mulheres, crianças, adolescentes e idosos/os” (Plataforma Feminista, 2002, p. 26). Com essa idealização da família, o crescimento da violência no cotidiano é encoberto, dificultando, portanto, o seu necessário enfrentamento.

A família patriarcal monogâmica ou nuclear realiza o papel ideológico na difusão do conservadorismo “ao ensinar as crianças desde a infância que devem aceitar as estruturas e premissas básicas da sociedade de classe” (Waters, 1979, p. 88, tradução nossa). Há, assim, por intermédio desse modelo familiar, uma internalização de valores conservadores, ou melhor, (des) valores junto às crianças: “desigualdade, competitividade, autoridade e hierarquia, preconceitos e funções sexistas” (Idem, tradução nossa). Esse sistema familiar é, portanto, “também um pilar indispensável ao Estado” (Idem, tradução nossa).

Claro que, juntamente com a família, como também nos lembra Waters (1979), foi necessário, seja para o aspecto ideológico, seja para manter a divisão de riqueza por meio da força, outras instituições como a Igreja, a polícia, as leis, as prisões (Cisne, 2014, p. 83).

Assim, a família patriarcal é uma instituição que “permite perpetuar a opressão específica das mulheres como sexo”, uma vez que o “sistema familiar está baseado na escravidão doméstica e na dependência econômica da mulher” (Waters, 1979, p. 81, tradução nossa). Nas palavras de Delphy (Idem, p. 35-36): “A família é o lugar de uma exploração econômica: das mulheres” (tradução nossa). Essa exploração se realiza pelos trabalhos domésticos não remunerados e pela responsabilidade com o cuidado das crianças e outros membros da família, além da “obrigação sexual” e da cobrança pelo “equilíbrio emocional” dos membros da família.

Embora concordemos com Delphy, de que a família é um lugar por excelência de exploração da mulher, não é o único. A exploração do trabalho feminino extrapola o ambiente doméstico, embora esteja relacionada a ele, pois, dentro da lógica da divisão sexual do trabalho, as profissões consideradas femininas são extensivas às atividades domésticas. Nesse sentido, Falquet (2008) defende que existe um “trabalho feminino desvalorizado” que

diz respeito ao que vai do trabalho não remunerado ao assalariado, todos marcados por relações de exploração e precarização.

É do trabalho no seio da família ao que se estende ao trabalho assalariado que, em grande medida, as mulheres vão assegurando de maneira gratuita e/ou mal remunerada a chamada reprodução social antroponômica, que se refere “ao cuidado com a educação das crianças, cuidado com os idosos e com as pessoas doentes, manutenção material das residências, dos espaços de estudo, de trabalho e de vida social” (Falquet, 2012, p. 131-132, tradução nossa).

Corroboramos inteiramente com Verônica Ferreira (2017, p. 19), quando afirma que a reprodução social, “entendida como reprodução da força de trabalho e sustentação do cotidiano, é largamente ancorada no trabalho não remunerado das mulheres na esfera doméstica”. Apesar de reconhecermos que a família é insuficiente para explicar a reprodução social, ela ainda nos parece indispensável. Ainda que novas configurações familiares estejam em forte curso histórico, a família permanece como uma significativa instituição na garantia da estrutura para a divisão sexual do trabalho e, por extensão, da reprodução social.

Mesmo tendo havido transformações estruturais que afetaram a configuração da família nuclear, concordamos com Mészáros (2002, p. 278) que ela permanece ocupando “uma posição de importância essencial na reprodução do próprio sistema do capital”, afinal, “ela é seu ‘microcosmo’ insubstituível de reprodução e consumo”.

Assim, desde a sua origem até a atualidade, o modelo de família nuclear que aparta os indivíduos do convívio comunitário e coletivo, e institui uma dinâmica de vida privada, desenvolve uma funcionalidade indispensável ao capital, que é a introjeção nas personalidades das crianças dos papéis de classe. Segundo Lessa (2012, p. 34-35):

Isoladas de seus pares, desde muito cedo as crianças da família monogâmica são mais facilmente “educadas” para serem esposas, prostitutas ou maridos — e, ainda, trabalhadores e trabalhadoras, ou parasitas das classes dominantes. Sem a vida coletiva de brincadeiras que envolvia a todas as crianças, desde muito cedo vamos sendo adestrados para o papel feminino e o papel masculino, para o papel de membros da classe dominante ou dos trabalhadores. E, também por isso (portanto, não apenas), a família monogâmica é imprescindível à sociedade de classes.

Os papéis femininos e masculinos, portanto, não são meras “questões de gênero”, mas se inserem numa lógica estruturante das relações sociais de sexo ou, se preferir, das relações patriarcais de sexo que são permeadas por explorações e se imbricam com a constituição das classes sociais e com as relações étnico-raciais. É dessa imbricação dialética que a sociedade capitalista vai operar divisões no mundo do trabalho e nas próprias classes sociais, operando uma simbiose entre exploração e opressão. Por isso, não temos como discutir opressão sem relacioná-la à exploração. Para tanto, é importante compreendermos a divisão sexual e racial do trabalho para que possamos entender que as opressões racistas e patriarcais possuem uma base material que tem, como fim, a manutenção de uma sociedade pautada na exploração. Passemos a discuti-las.

1.2.3 Divisão sexual e racial do trabalho

Compreendermos a divisão sexual do trabalho (DST) como uma relação central para a estruturação das relações patriarcais de sexo. Assim como o patriarcado, a divisão sexual do trabalho não é algo natural, tampouco corresponde a uma complementariedade e reciprocidade entre homens e mulheres, posto que ela “**não é neutra e sim orientada e assimétrica**” (Tabet, 2005, p. 63, destaques da autora, tradução nossa). Para Danièle Kergoat (2012, p. 214, tradução nossa), a divisão sexual do trabalho é:

[...] a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo; essa forma é modulada histórica e socialmente. Ela tem por características a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a ocupação pelos homens das funções de forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares etc.).

Como resultante das relações sociais e históricas, a divisão sexual do trabalho está sujeita a transformações, contudo, mantém dois “princípios organizadores” que funcionam como “invariantes” nesta categoria: a “hierarquia”, por agregar sempre maior valor ao trabalho masculino em detrimento do feminino; e a “separação” entre o que é trabalho do homem e da mulher (Kergoat, 2010, 2012). Não se trata apenas de trabalhos diferentes segundo o sexo, mas hierarquicamente distintos e assimétricos, que se desdobram e se expressam nas desigualdades existentes, dentre outros aspectos,

nas carreiras, nas qualificações³⁰ e nos salários entre os sexos. De acordo com Souza-Lobo (2011, p. 174):

A divisão sexual do trabalho produz e reproduz a assimetria entre práticas femininas e masculinas, constrói e reconstrói mecanismos de sujeição e disciplinamento das mulheres, produz e reproduz a subordinação do gênero dominação.

Ainda segundo Souza-Lobo (2011, p. 152), a divisão sexual do trabalho sexualiza as relações de trabalho e as relações sociais. A percepção dessa dimensão sexual nos possibilita dar visibilidade às relações de desigualdade e exploração que permeiam os trabalhos considerados femininos, como o doméstico. Em outras palavras, a divisão sexual do trabalho funda materialmente a exploração dos homens sobre as mulheres, como nos esclarece Falquet (2014a, p. 250): “é a divisão sexual do trabalho e a sua lógica de exploração de um grupo por outro que cria duas (e apenas duas classes) classes sociais de sexos [...], não a presença de ovários ou espermatozoides no corpo”.

Paola Tabet (2005) destaca a necessidade de analisar a divisão sexual do trabalho considerando sua relação com a apropriação e controle dos instrumentos de trabalho por parte dos homens, posto que as mulheres realizam determinados trabalhos e são excluídas de outros, segundo o acesso (ou não) aos instrumentos. Para Tabet (2005), esse controle masculino sobre os instrumentos constitui um dos elementos da relação de classe entre mulheres e homens. Esclarece a autora:

A presença de instrumentos sempre mais complexos abre a possibilidade de uma produtividade de trabalho mais constante e bem mais elevada. Está em jogo um poder sobre a matéria e uma apropriação da natureza muito mais além dos limites do corpo humano. O controle da produção e da sociedade exige um **controle direto também sobre os instrumentos de produção** (Tabet, 2005, p. 111, destaques da autora, tradução nossa).

Além do controle dos instrumentos, segundo Tabet (2005), há também o controle das armas que garante o poder dos homens sobre as mulheres. A

30. Segundo Souza-Lobo (2011), a qualificação profissional para as mulheres constitui uma “possibilidade excepcional”. Por isso, ainda segundo a autora (p. 100), “a desqualificação profissional das trabalhadoras remete às relações de gênero, as rupturas são individuais e configuram situações excepcionais”.

autora complementa seu pensamento afirmando que a análise dos produtos obtidos da divisão sexual do trabalho, do acesso à matéria-prima e à tecnologia também é indispensável para aprofundar as razões da separação hierárquica entre os sexos e a realização dos seus respectivos trabalhos. A divisão sexual do trabalho associa-se, portanto, ao “controle das técnicas e das matérias-primas sem as quais não se podem produzir nem armas, nem instrumentos” (Tabet, 2005, p. 117, tradução nossa).

A divisão sexual do trabalho não diz respeito “apenas” às relações sociais de sexo. Para Devreux (2011, p. 12-13), a divisão sexual do trabalho opera como uma divisão social:

a organização social do compartilhamento do trabalho (e, portanto, também, do emprego) entre os dois grupos de sexo. Essa divisão sexual do trabalho atravessa a sociedade e articula os campos do trabalho produtivo e do trabalho reprodutivo. Não os separa: ela os articula, excluindo ou integrando, segundo os momentos e as necessidades dos dominantes, as mulheres à esfera produtiva, devolvendo-as global ou parcialmente à esfera reprodutiva.

Assim, a compreensão da divisão sexual do trabalho exige a análise da esfera da produção relacionada à da reprodução social. Por isso,

[...] é necessário combinar a análise do cotidiano da fábrica e do sindicato com o da família operária. E a partir desse cotidiano visível e invisível, na fábrica e em casa, que se pode começar a discutir a autonomia das práticas sociais dos homens e das mulheres dentro da classe operária e sua integração nas lutas do movimento operário no Brasil (Souza-Lobo, 2011, p. 49).

A relação entre esfera produtiva, reprodutiva e a divisão sexual do trabalho permite perceber que as “qualidades” ditas femininas no mundo do trabalho são aprendidas, em grande medida, na família, para ampliação dos lucros na fábrica. Por isso, segundo Souza-Lobo (2011, p. 154):

[...] os dedos ágeis, a paciência, a resistência à monotonia são considerados próprios da força de trabalho feminina. [...] a própria qualificação é sexuada e reflete critérios diferentes para o trabalho de homens e mulheres, ocorrendo frequentemente uma desqualificação do trabalho feminino, assimilado a dons naturais, desconsiderando-se o treinamento informal.

A “qualidades” tidas como femininas, ao serem consideradas naturais ou próprias de uma suposta essência feminina, desconsideram o treinamento informal das mulheres. Isso implica não valorizar as atividades realizadas pelas mulheres como trabalho especializado. Essas atividades, ao serem muito mais consideradas uma obrigação ou um papel feminino, servem de justificativa para os baixos salários recebidos pelas mulheres.

A divisão sexual do trabalho possui um enraizamento tão presente nas relações sociais e com um significativo poder ideológico de parecer natural que se espalha desde a infância, por meio de uma divisão sexual dos brinquedos e brincadeiras, passando pela organização e gestão da força de trabalho e, ainda, na divisão sexual da política e do poder. Essas divisões estão vinculadas à “sexuação social” (construção histórica do sexo e da sexualidade) que encontra apoio na divisão sexual do trabalho e na categorização dos sexos, tendo a divisão entre público e privado como uma determinação importante (Devreux, 2011). Em outras palavras, “cada vez que há divisão sexual do trabalho ou do poder, há criação e reiteração de categorizações sexuadas” (Devreux, 2011, p. 13).

É com base nessa divisão, portanto, que as normas são determinadas e construídas; não são as normas que constroem as desigualdades, embora ajudem na sua naturalização e reprodução. Para tanto, a categorização social do sexo associa-se a uma ideologia que naturaliza valores, atributos e normas que instituem culturalmente o que é considerado “feminino” e “masculino”. Para tal:

[...] desde a infância, meninos e meninas recebem uma educação sexista, ou seja, aquela que não apenas diferencia os sexos, mas educa homens e mulheres de forma desigual. Para isso, o sistema patriarcal conta com algumas instituições na difusão da sua ideologia, das quais destacamos a família, a igreja e a escola. Meninas são educadas para lavar, cozinhar, passar, cuidar dos(as) filhos(as) e do marido e serem submissas, passivas e tímidas. Meninos são educados para serem fortes, valentes, decididos e provedores. Cabe, portanto, às mulheres, no sistema patriarcal que foi incorporado pelo capitalismo, a responsabilidade com o trabalho reprodutivo, sem o qual a produção social seria fortemente dificultada já que ele garante, em grande medida, a reprodução da força de trabalho (Cisne, 2014, p. 91-92).

Com a divisão sexual do trabalho — base material da ideologia patriarcal — e a categorização assimétrica dos sexos a que se associa, definem-se o

que é um homem e uma mulher, o que é ou não trabalho, o que tem ou não valor, o que é ou não produção. Além, é claro, de se estabelecerem o que é e o que não é socialmente aceitável (Devreux, 2011, p. 14).

Quando falamos em divisão sexual do trabalho, é importante não limitá-la ao binarismo de gênero, homem x mulher, mas, também, compreender que outros elementos compõem as relações sociais de sexo, como a orientação sexual e outras expressões de identidades de sexo que vão além desse binarismo, como as pessoas trans.³¹ Considerar essas dimensões que se associam às relações sociais de sexo que, por sua vez, estruturam de forma diferente a divisão e a exploração do trabalho, permite-nos compreender que alguns nichos de trabalho são marcados por uma presença de LGBT, por exemplo. Em outras palavras, a orientação sexual imprime um “processo que ‘condena’ homossexuais a profissões para as quais ser gay é ‘aceitável’ ou ‘recomendável’, a exemplo de ‘cabeleireiro’, ‘maquiador’, ‘esteticista’” (Saraiva, 2012, p. 150). Com isso, ainda segundo Saraiva (2012, p. 47), há uma delimitação de “‘zonas de tolerância’, onde gays seriam profissionalmente aceitos e eventualmente bem-sucedidos”.

Fora dessa “zona de tolerância” que é estabelecida em cima de padrões estereotipados e naturalizantes da sexualidade, muitas vezes, as pessoas não heterossexuais se enquadram nesse modelo para serem aceitas, tentando evitar discriminações.

Como podemos identificar, assim como o sexo, a sexualidade, mais precisamente a orientação sexual, é componente da divisão sexual do trabalho. Da mesma forma, as chamadas identidades de sexo/gênero também promovem mediações na estruturação dessa divisão sexual do trabalho. Assim é que travestis e trans, por exemplo, também são aceitas em determinadas profissões. Notemos que todas as “transgressões” vão associar-se a profissões também consideradas femininas, logo, socialmente desvalorizadas.

31. De acordo com Guilherme Almeida (2018, p. 159), trans são “todas as pessoas que desenvolveram identidades dissidentes do gênero que foi imposto a elas no nascimento, independentemente do fato de terem recebido ou não um diagnóstico de um profissional de saúde, de terem realizado modificações corporais biomédicas ou não, ou mesmo de que sua condição seja amplamente conhecida e reconhecida no lugar em que vive. No contexto brasileiro contemporâneo, as pessoas trans são mais comumente as que se consideram travestis ou transexuais (mulheres transexuais ou homens transexuais), mas também podem se autodenominar como agêneras, transgêneras, não binárias, entre outras categorias autoidentificatórias que pululam (e também desaparecem com rapidez ou não) na cena trans contemporânea”.

A compreensão da dimensão de sexo no trabalho é fundamental, todavia, insuficiente para analisarmos uma outra relação estruturante das expressões da desigualdade social. Referimo-nos à dimensão étnico-racial. Para entendermos as divisões que se operam no mundo do trabalho e que atingem diferentemente as mulheres, é preciso articular sexismo e racismo à análise da divisão sexual do trabalho com seu correspondente em nível racial. Do contrário, podemos “recair numa espécie de racionalismo universal abstrato, típico de um discurso masculinizado e branco” (Gonzalez, 2011 [1988], p. 14). Como questiona Gonzalez (1984, p. 233):

[...] se a gente articular divisão racial e sexual de trabalho fica até simples. Por que será que ela só desempenha atividades que não implicam em “lidar com o público”? Ou seja, em atividades onde não pode ser vista? Por que os anúncios de emprego falam tanto em “boa aparência”? Por que será que, nas casas das madames, ela só pode ser cozinheira, arrumadeira ou faxineira e raramente copeira? Por que é “natural” que ela seja a servente nas escolas, supermercados, hospitais, etc. e tal?

Por sua vez, a articulação entre divisão racial do trabalho com a dimensão de classe permite-nos entender não apenas as diferenças, mas, também, as desigualdades entre mulheres. Afinal, mulheres exploram mulheres. Essa relação entre classe, sexo, raça/etnia será aprofundada no item 1.3, todavia, cabe-nos fazer um breve comentário sobre a divisão racial do trabalho.

A divisão racial do trabalho é revelada pela discriminação e exploração diferenciada que a população negra sofre no mundo do trabalho, mas, também, pela própria divisão que a dimensão étnico-racial opera entre mulheres, como nos demonstra Sueli Carneiro (2003b, p. 49):

Nós, mulheres negras, fazemos parte de um contingente de mulheres, provavelmente majoritário, que nunca [...] fomos tratadas como frágeis. Fazemos parte de um contingente de mulheres que trabalharam durante séculos como escravas nas lavouras ou nas ruas, como vendedoras, quituteiras, prostitutas... Mulheres que não entenderam nada quando as feministas disseram que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalhar! Fazemos parte de um contingente de mulheres com identidade de objeto. Ontem, a serviço de frágeis sinhozinhas e de senhores de engenho tarados. Hoje, empregadas domésticas de mulheres liberadas e dondocas, ou de mulatas tipo exportação.

Souza-Lobo (2011, p. 287) nos apresenta um anúncio real de emprego registrado no Sistema Nacional de Emprego (SINE), em São Paulo, que denuncia o sexismo e o racismo que ditam um modelo de “boa aparência” no mundo do trabalho:

Procura-se:

Secretária com um ano de experiência, 1º grau completo, hiperbonita para trabalhar com diretor de firma.

Recepcionista com boa apresentação, boa aparência, que não seja de cor, nem japonesa.

Engenheira civil feminina, recém-formada e japonesa.

Faxineira magra e esperta.

Cozinheira que não seja gorda.

É nítido o viés racista e esteticamente preconceituoso desse anúncio, que impede o acesso de mulheres negras e japonesas a concorrerem a uma vaga no mercado de trabalho. Para Carneiro (2003a, p. 121):

[...] o quesito “boa aparência”, um eufemismo sistematicamente denunciado pelas mulheres negras como uma forma sutil de barrar as aspirações dos negros, em geral, e das mulheres negras, em particular, revelava em números, no mercado de trabalho, todo o seu potencial discricionário.

A mulher negra, portanto, inserida em relações patriarcais e racistas, encontra-se na pior escala social, ocupando, por exemplo, os postos de trabalho mais precarizados e mal remunerados, e expostas a maiores situações de violências, como trataremos a seguir. O tema da violência contra a mulher, portanto, bem como os demais pilares de que tratamos para o entendimento do patriarcado, não pode prescindir da dimensão étnico-racial, assim como de classe.

1.2.4 Violência contra a mulher

Compreendemos o fenômeno da violência contra a mulher (VCM) como resultante de uma estruturação de relações patriarcais da sociedade. Ao mesmo tempo, dialeticamente, essa violência estrutura o patriarcado, pois

diz respeito à apropriação dos corpos e da vida das mulheres em múltiplos sentidos. Não se restringem, portanto, as relações individuais, conjugais, familiares, ainda que as atravesse fortemente.

A violência contra a mulher é uma “violação sistemática de direitos humanos” (Táboas, 2014, p. 99), que fere e afeta não apenas a integridade física, mas também emocional e subjetiva. Para Alemany (2009, p. 271), ela consiste em:

[...] todos os atos que, por meio de ameaça, coação ou força, lhes infligem, na vida privada ou pública, sofrimentos físicos, sexuais ou psicológicos com finalidade de intimidá-las, puni-las, humilhá-las, atingi-las na sua integridade física e na sua subjetividade.

Nesse sentido, é um ato de coerção contra as mulheres, independentemente do meio onde ocorre ou de quem comete (Barroso, 2015). Entendemos, portanto, que a violência contra mulher não se limita ao ambiente doméstico, embora seja um lugar comum de ocorrê-la, sendo comumente praticada pelo cônjuge ou ex-cônjuge, pelo pai e irmãos. O lugar supostamente seguro, idealizado como um espaço por excelência de amor, proteção e acolhimento é, muitas vezes, lócus privilegiado da violência contra a mulher.

Ao entendermos a violência contra a mulher de forma estruturante, consideramos que as denominações violência doméstica, familiar, intrafamiliar e conjugal não contemplam a caracterização da violência nesta sociedade patriarcal. Nesse mesmo sentido, consideramos que violência de gênero não explicita a condição específica da mulher como sujeito central de violações advindas de uma sociedade patriarcal perpetrada por violência. É indispensável dar visibilidade aos sujeitos que estabelecem as relações de antagonismo e conflitos nas relações patriarcais, no caso, centralmente, homem em relação à mulher. Violência de gênero não necessariamente é contra uma mulher. Referir-se à violência de gênero como sinônimo de violência contra a mulher significa cairmos na armadilha da ocultação do sujeito mulher, o que politicamente é uma perda em termos de potencial de denúncia e organização feminista. Daí nossa opção teórico-política pela denominação violência contra a mulher.

Como apontamos, a violência contra a mulher ocorre além das relações conjugais e familiares. Por isso, como reforça Barroso (2015), é necessário

atentarmos para a totalidade da questão, ampliando a análise para além do âmbito doméstico, com o cuidado de não fragmentar ou dissociar as manifestações de violências estruturais das interpessoais.

A VCM ocorre em âmbito interpessoal porque as mulheres não possuem autonomia sobre o corpo e a vida, porque não são valorizadas e respeitadas socialmente. Logo, essa violência é reflexo das relações patriarcais, as mesmas que provocam violações e explorações em âmbito estrutural, como trabalharmos mais e ganharmos menos e termos nossos corpos mercantilizados.

Como aponta Bandeira (2009, p. 8), são múltiplas as manifestações e situações de violência contra as mulheres:

A categoria “violência contra a mulher” embora revestida de complexidade conceitual, além de ser polissêmica e multicausal, é tomada como um instrumento de controle viril sobre os corpos femininos, que abriga um repertório de práticas diversas em intensidade e extensão.

Como vimos, segundo Saffioti (2004), o patriarcado é regido pela dinâmica entre controle e medo. Essa dinâmica atinge de maneira vil as mulheres e se manifesta em diversas formas de violência, como a física, a sexual, a psicológica, a patrimonial, a moral, a obstétrica e a social.

A violência física é aqui entendida como qualquer ação ou omissão que ofenda a integridade física e a saúde corporal de alguém (Barroso, 2002). Para Marlise Vinagre (1992, p. 66), esse tipo de violência “nada mais é do que a materialização exacerbada de uma situação de violência anterior constituinte da relação entre os sexos”.

Para Saffioti (2004, p. 65), a realidade da violência contra a mulher “estava bem escondida”. Foi graças aos estudos e às lutas feministas que essa realidade passou a ganhar a devida visibilidade, tanto no campo da produção de conhecimento, quanto como um problema de ordem pública e, como tal, passa a demandar respostas políticas do Estado.

No campo jurídico, a violência física é descrita como lesão corporal. A lesão corporal pode se apresentar de diversas maneiras: agressões físicas (socos, chutes, tapas, puxão de cabelo) ou agressões com qualquer tipo de objeto que possa machucar ou prejudicar a saúde da pessoa. A lesão corporal pode ser de natureza leve ou grave, conforme prevê o Código Penal Brasileiro. A lesão corporal de natureza leve é aquela que não causa grande ofensa à integridade corporal, embora possa originar traumas psicológicos. É

apenas considerada lesão corporal de natureza grave, conforme o artigo 129 do Código Penal Brasileiro, a agressão de que resulte: incapacidade para as ocupações habituais por mais de 30 dias; perigo de vida; debilidade permanente de membro, sentido ou função; aceleração de parto; incapacidade permanente para o trabalho; enfermidade incurável; perda ou inutilização de membro, sentido ou função; deformidade permanente.

A violência sexual compreende uma variedade de atos ou tentativas de relação sexual sob coação ou fisicamente forçada no casamento, em outros relacionamentos ou no trabalho. De acordo com a Lei Maria da Penha, a violência sexual é:

[...] entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos (Brasil, 2006).

Conforme Barroso (2015), estudos têm apontado que a maioria dos estupros ocorre em um contexto de violência física em vez de paixão sexual ou como meio para a satisfação sexual, ou seja,

[...] a força ou a ira dominam, e que o estupro, em vez de ser principalmente uma expressão de desejo sexual, constitui, de fato, o uso da sexualidade para expressar questões de poder e ira. O estupro, então, é um ato pseudossexual, um padrão de comportamento sexual que se ocupa muito mais com o status, agressão, controle e domínio do que com o prazer sexual ou a satisfação sexual. Ele é comportamento sexual a serviço de necessidades não sexuais (Kolodny; Masters; Johnson *apud* Andrade, 2005, p. 26).

Nesse sentido, a violência sexual é resultante do patriarcado, da dominação masculina e da falocracia, por meio do controle da sexualidade feminina (Barroso, 2015).

A violência psicológica está presente em todas as manifestações da violência contra as mulheres. É definida, de acordo com o inciso II do artigo 7º da Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), como:

[...] qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise a degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação.

De acordo com Sagot (2007), a violência psicológica pode ser tão grave quanto as agressões físicas, por afetar a autoestima, a segurança e a confiança em si mesma. Essa violência não deixa marcas explícitas no corpo, mas pode ser ainda mais dolorosa, pois, como nos diz Saffioti (2004, p. 63), “os resultados dessas agressões não são feridas no corpo, mas na alma [...] a humilhação provoca uma dor muito profunda”.

A violência patrimonial, de acordo com o artigo 7º, inciso IV, da Lei Maria da Penha, é “entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades”. Essa violência é bastante comum em brigas, quando se destroem ou se retêm objetos não necessariamente de valor monetário, mas sentimental, para fragilizar a mulher. O bloqueio de acesso a um determinado objeto também é utilizado como forma de controle, por exemplo, reter/quebrar celular ou deter chave de carro. São formas de dificultar a comunicação e a sociabilidade da mulher. Além de ser comum em momentos de brigas, é também muito frequente a violência patrimonial ocorrer em processos de separação, quando o direito à repartição dos bens é negligenciado ou mesmo burlado.

A violência moral é outra forma de violência tipificada na Lei Maria da Penha. Segundo o artigo 7º, inciso V, essa violência é “entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria”.

A violência obstétrica está diretamente vinculada à concepção da mulher como “coisa” e não como ser humano. Concepção resultante de relações de “sexagem”, que, segundo Guillaumin (2005, [1978]), é um prolongamento dos conceitos de escravidão e servidão. Ainda segundo essa autora, por intermédio da sexagem, as mulheres são resumidas ao sexo, sendo apropriadas não apenas no que diz respeito à sua força de trabalho, mas, também, ao seu corpo e à sua vida. A sexagem, portanto, diz respeito à apropriação

material concreta da individualidade corporal das mulheres, em um processo que as tira da condição de sujeito e as tornam “coisas”.

Para Medina (2009, p. 3, tradução nossa), a violência obstétrica é entendida como:

[...] qualquer conduta, ato ou omissão por parte de profissionais de saúde que, direta ou indiretamente, tanto nos espaços públicos quanto nos privados, afetem o corpo e o exercício da saúde sexual e reprodutiva das mulheres, expressos em um tratamento desumanizado, em abuso de medicalização e patologização dos processos naturais.

Essa violência pode ocorrer “durante a assistência pré-natal, parto, cesárea, pós-parto ou aborto e, assim como outras, é fortemente condicionada por preconceitos de gênero, de raça ou etnia, de classe socioeconômica, de geração ou de orientação sexual” (Kondo; Werner, 2013, p. 139). Essa ressalva das condicionalidades que permeiam a violência obstétrica é importante para que percebamos como dimensões como raça e classe determinam vivências diferenciadas ou mais intensificadas de violência. É muito comum a existência da discriminação de classe e do racismo institucional nas instituições públicas e privadas, como nas maternidades, lócus privilegiado da violência obstétrica. Todavia, esse tipo de violência atravessa as paredes de hospitais e maternidades. Ela pode ocorrer no seio da família ou em qualquer espaço público. Uma das manifestações comuns desse tipo de violência é a cobrança da amamentação, ainda que a mulher esteja com seios feridos, pois, na concepção patriarcal de maternidade, cabe à mãe qualquer sacrifício em nome das(os) suas(seus) filhas(os). Da mesma forma, é considerada violência obstétrica quando uma mulher é impedida de amamentar ou mesmo quando se dificulta o aleitamento materno. São outros exemplos dessa forma de violência: impedimento da entrada da(o) acompanhante escolhida(o) pela mulher no momento do parto; realização de procedimentos desnecessários que causem dor ou dano físico, como a realização de exames de toque/remoção de rebordo de colo abusivos durante o trabalho de parto e de rotina; internação precoce; qualquer ação verbal ou comportamental que cause na mulher sentimentos de inferioridade, medo ou instabilidade emocional; cesariana marcada sem indicação clínica e sem consentimento esclarecido; impedir ou retardar o contato do bebê com a mulher após o parto; levar os recém-nascidos aos berçários sem

nenhuma necessidade médica; esterilização sem esclarecimento e/ou consentimento etc.

A violência social contra a mulher manifesta-se nas desvalorizações sofridas pelas mulheres no âmbito público, como nas desigualdades no mundo do trabalho, na desvalorização do nosso corpo em letras de músicas e na mercantilização em propagandas comerciais, nos racismos e sexismos institucionais etc.

Todas essas formas de violência estão relacionadas à desvalorização da mulher nessa sociedade patriarcal, que nos concebe como coisas a serviço dos outros, como objetos de satisfação, inclusive, sexual, ou mesmo como pessoas que têm obrigação de estar sujeitas ao sacrifício e à dor em nome de outros. Essa obrigação é bastante perceptível, por exemplo, nas violências obstétricas, que nos demonstram como a violência contra a mulher não pode ser concebida apenas como algo limitado ao espaço familiar, doméstico. Na verdade, a lógica patriarcal que se faz presente nas relações familiares é a mesma que se encontra nos ambientes de trabalho, em maternidades e hospitais, nos meios de comunicação e propaganda, nas rádios e nas ruas, onde somos expostas cotidianamente à violência e ao assédio sexual.

Todas essas formas de violência prejudicam a autoestima, afetam, muitas vezes, a saúde mental da mulher e, frequentemente, refletem também em adoecimento físico.

Todas as formas de violência contra a mulher, como a ocorrida em relações interpessoais ou em relações sociais coletivas, encontram uma determinação comum: o patriarcado. Isso provoca a necessidade de investimento por parte do Estado em todas as políticas públicas, tanto para atuar na prevenção e no enfrentamento às violências, como para possibilitar o devido atendimento, acolhimento e orientação às vítimas, por meio da rede especializada composta por Centro de Referência Psicossocial e Jurídico, Casa Abrigo e Juizados Especiais, como preconiza a Lei Maria da Penha.

Hospitais públicos e outras unidades de saúde também são instituições importantes para o enfrentamento da violência, pois, por vezes, são porta de entrada para o acolhimento da mulher vitimizada. Por isso, são fundamentais a notificação e o encaminhamento da mulher para o Centro de Referência Psicossocial e Jurídico. Essa porta de entrada pode ser também o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e o Centro de Referên-

cia Especializado de Assistência Social (CREAS), por exemplo. Pode ocorrer em qualquer instituição onde atuemos, por isso a necessidade de entender sobre esse tema, bem como a legislação que o envolve, com destaque para a Lei Maria da Penha.

Além dessa rede de equipamentos diretamente ligada à questão da violência contra a mulher, ressaltamos a importância do investimento público na prevenção da violência por meio de uma educação não sexista nas escolas, pela construção de legislações que vetem a desvalorização social da mulher, bem como do investimento em política de emprego e renda que não reforce a divisão sexual do trabalho.

1.3 A classe trabalhadora é una e diversa: há sexo, sexualidade e raça

As diferentes expressões da desigualdade social passam a existir na medida em que a exploração do trabalho e a propriedade privada construíram os fundamentos das relações entre os seres sociais. Na teoria marxista, encontramos a explicação de que o fundamento histórico-econômico da desigualdade social reside na divisão entre as classes sociais antagônicas (burguesia x trabalhadora). A classe trabalhadora produz a riqueza e a burguesia tem seu usufruto. Ou seja, a riqueza é social e coletivamente produzida, mas privadamente apropriada. Cinde-se, assim, a humanidade entre os que detêm poder econômico e político, com o controle dos meios de produção e da propriedade privada, e os que possuem apenas sua força de trabalho para sobreviver. É preciso compreender, portanto, que as classes não são abstrações, mas resultam de relações sociais concretas. Além disso, não são apenas personificações econômicas, e sim compostas por pessoas e grupos de pessoas, que são marcadas por ideologias que naturalizam inferiorizações e desvalorizações em torno da sua diversidade. Em outras palavras, as diferenças, próprias da diversidade humana, em uma sociedade racista, heterossexista e patriarcal, são transformadas em desigualdades naturalizadas. São essas expressões da diversidade transformadas em desigualdades que particularizam as condições de vida e de trabalho de uma mesma classe.

Seguindo o método materialista histórico-dialético, é preciso problematizar, em uma perspectiva de totalidade, que as relações sociais de sexo (incluindo sexualidade) e as étnico-raciais conformam as classes sociais.

Ainda de acordo com esse método, sabemos que toda ideologia tem uma base material. Logo, o racismo e o patriarcado não nasceram no campo das ideias, mas são historicamente construídos e decorrentes de relações materiais de exploração e opressão. Em síntese, as classes sociais, a propriedade privada e a forma mercadoria estruturam o capitalismo, as relações sociais de sexo, o patriarcado e as relações sociais de raça, o racismo. Essas três relações sociais por serem permeadas pela exploração da força de trabalho, são estruturantes da totalidade da vida social, do sistema heteropatriarcal-racista-capitalista.

Segundo Saffioti (1987, p. 60):

[...] o patriarcado é o mais antigo sistema de dominação-exploração. Posteriormente, aparece o racismo, quando certos povos se lançam na conquista de outros, menos preparados para a guerra. Em muitas dessas conquistas, o sistema de dominação-exploração do homem sobre a mulher foi estendido aos povos vencidos.

Para entendermos a construção histórica desses sistemas, é importante questionarmos seus fundamentos sócio-históricos e ideológicos. A quem atendeu/atende a ideia de que uma pessoa negra e/ou uma mulher (especialmente a negra) não têm valor? Por que os(as) escravizados(as) foram considerados seres sem alma pela Igreja Católica? Por que a cidadania lhes foi negada? Por que foram vistos como animais que só serviam para o trabalho manual?

São perguntas simples, mas as respostas de todas elas nos ajudam a compreender como a opressão e a ideologia racistas atendem a interesses para fins de exploração da força de trabalho. Um negro não ter valor significa poder escravizá-lo. Da mesma forma, quando analisamos a ideologia patriarcal e suas bases materiais, chegamos à conclusão de que a desvalorização e a coisificação da mulher também atendem aos interesses de exploração. Isso ocorre tanto no campo do trabalho remunerado (por possuir uma força de trabalho mais barata, portanto, gerar maiores lucros), quanto por meio da garantia de grande parte das condições de existência da força de trabalho, por intermédio do trabalho reprodutivo antroponômico das mulheres, geralmente, não remunerado por ser considerado obrigação “natural” feminina.

Em poucas palavras: o racismo e o patriarcado estruturam as classes sociais e as relações de exploração entre elas e, também, em seu interior.

Ou seja, como são estruturantes, o racismo e o patriarcado atravessam todas as relações sociais e dão substância às relações de opressão e exploração inter e entre classes. Vejamos. Uma mulher e um homem da classe trabalhadora. Ambos sofrem exploração da sua classe antagônica, todavia, historicamente a mulher sofre maior nível de exploração, ao ter sua força de trabalho mais desvalorizada e exposta aos trabalhos mais desprestigiados e precarizados. Esse homem, dentro de uma sociedade patriarcal, embora submetido a outra classe (inclusive a possíveis mulheres burguesas — geralmente brancas), possui poder sobre as mulheres da sua classe. Claro que isso não é fixo, mas ocorre hegemonicamente, dado o poder das ideologias de naturalizações de dominações. Todavia, se essa mulher for branca e o homem for negro, ela terá privilégios que ele não terá, ainda que a lógica sexista da sociedade patriarcal não elimine seus privilégios como homem diante dela.

Nesse sentido, classe, raça e sexo são indissociáveis para que possamos fazer análise de qualquer fenômeno social nesta sociedade. Dito de maneira diferente, é preciso compreender que a classe, além de ter sexo, possui raça/etnia, e essas dimensões imprimem condicionalidades que estruturam de forma diferente as vivências das formas de exploração e opressão nesta sociedade.

Defendemos a importância da classe não no sentido de hierarquizar as categorias em ordem de importância, secundarizando raça e sexo à classe. Não entendemos que as questões étnico-raciais, de sexualidade e de sexo são decorrentes, tampouco, secundárias às relações de classe, mas também estruturam essas relações. Da mesma forma, as classes estruturam essas relações, ainda que não as esgotem.

Por que então defendemos a categoria classe como fundante desta sociabilidade? Foi no processo histórico da exploração do homem/mulher sobre o homem/mulher, desde a sua formação embrionária expressa na origem da propriedade privada associada à construção de sociedades escravistas e feudais, que o racismo e o patriarcado se constituíram. Isso significa dizer que não foram o racismo e o patriarcado que fundaram a exploração, mas, ao contrário, foi a exploração do trabalho que deu fundamento à existência desses sistemas. Assim, embora anterior à sociedade de classes no capitalismo, o patriarcado e o racismo têm sua determinação fundante na exploração do trabalho que, por sua vez, determina particularidades em relação à existência

das classes no capitalismo e permanece demandando a existência de relações racistas e patriarcais, associadas à exploração da classe trabalhadora.

Reconhecemos, ainda, que independentemente da classe, ainda que não de forma indiferenciada, a população negra e indígena sofre racismo, assim como as mulheres sofrem opressão patriarcal. Entender, todavia, a classe como estruturante nos permite apreender que não basta ser mulher ou negra ou LGBT para que, por exemplo, votemos em alguém para que nos representem no poder executivo ou legislativo. Afinal, mulheres exploram mulheres, negras exploram negras, *gays* exploram *gays*, por exemplo. Nessa perspectiva, disserta Cecília Toledo (2001, p. 9-10) sobre a divisão de classe entre as mulheres:

[...] a verdade é que as mulheres estão irremediavelmente divididas dentro do sistema capitalista. Não porque queiramos, mas porque vivemos vidas diferentes. A mulher burguesa não tem nada a ver com a mulher operária e trabalhadora, com a mulher pobre das periferias das grandes cidades, das favelas e do campo. A cada dia se aprofunda o abismo entre elas, e isso porque suas condições materiais de vida ficam cada vez mais diferenciadas. O que as leva a vivenciar o que é próprio do gênero feminino (aquilo que as une) de maneira diferente. Ser mulher para umas é bem diferente de ser mulher para outras. A mulher burguesa, por mais oprimida que seja como mulher, não tem dupla jornada³², não passa o dia trabalhando, não tem de lutar por sua sobrevivência. Ela não é explorada. Pelo contrário. Explora outras mulheres e homens. Nunca ouvimos falar de uma mulher burguesa que tivesse sangrado até a morte por um aborto clandestino. Nunca vimos uma mulher burguesa passar por uma revista íntima na porta de uma fábrica. Nunca vimos uma madame gritando na porta de uma escola para conseguir vaga para o filho. Nunca soubemos de uma *socialite* que deixasse seu filho pequeno com a vizinha por falta de creche no local de trabalho, nem tampouco que precisasse de auxílio-maternidade.

Em última instância, pois, a perspectiva de classe é quem define o direcionamento das nossas lutas, ainda que saibamos que o projeto emancipatório deve, necessariamente, contemplar as lutas por igualdade étnico-racial, entre os sexos e por liberdade e diversidade sexual.

32. Em nosso entendimento trata-se de jornada intensiva, extensiva e intermitente de trabalho (Ávila, 2009).

Defender classe como uma dimensão fundante parte do entendimento de que ontologicamente ela determina e estrutura as relações desiguais na sociedade capitalista, inclusive a condição de vivência diferenciada das diversas opressões. Não queremos dizer com isso, todavia, que as relações sociais de raça e sexo não estruturam esta sociedade. Até porque, como já afirmamos, tais relações estruturam as próprias classes, já que não são homogêneas. Trata-se de reconhecer que enquanto houver classe social e propriedade privada haverá exploração, dominação e imposição econômica para homogeneizar os indivíduos e o modo de viver em detrimento do reconhecimento da diversidade humana. Assim, não há possibilidade de emancipação humana, ainda que o racismo e o patriarcado também impossibilitem essa emancipação. A existência das classes sociais impossibilita uma sociedade igualitária, posto que o antagonismo e as contradições que as constituem são cimentadas pela exploração e desigualdade de acesso à riqueza socialmente produzida. Como nos diz Saffioti (2004, p. 107): “a contradição não encontra solução neste regime. Ela admite a superação, o que exige transformações radicais no sentido da preservação das diferenças e da eliminação das desigualdades”.

Entendemos que a emancipação humana demanda, juntamente com a eliminação das classes, a superação do racismo e do patriarcado como sistemas que não apenas integram as classes, mas, também, estruturam desigualdades, opressões e explorações, dimensões incompatíveis com uma vida de liberdade e igualdade substantivas.

Assim, embora partamos da premissa de que a classe não esgota as relações étnico-raciais, nem as relações sociais de sexo, ela não só divide os sujeitos que vivenciam o racismo, a opressão e a exploração patriarcal, mas, ao mesmo tempo, possibilita unificá-los em torno de um projeto societário comum. Daí compreendermos a classe como unidade totalizante, pois possibilita universalizar as necessidades humanas para além de particularismos sem, contudo, negar as diferenças, ao contrário. Reconhecer e respeitar a diversidade é condição indispensável para a afirmação da igualdade. Até porque unidade significa que há diversidade, senão, seria homogeneidade. As classes sociais precisam ser entendidas na sua diversidade, sem se fragmentarem em torno de “identidades” isoladas. Como aponta Cisne (2005, p. 3):

[...] diferenças e especificidades devem ser percebidas. No entanto, dentro desta sociedade, não podem ser vistas isoladas de suas macrodeterminações, pois, por mais que “o gênero una as mulheres”, a homossexualidade una gays e lés-

bicas, a geração una as(os) idosas(os) ou jovens, etc., a classe irá dividi-las(os) dentro da ordem do capital. A classe é, pois, quem determina como essas mais variadas expressões de opressões irão ser vivenciadas por esses sujeitos. Assim é que uma mulher da classe dominante explora uma mulher da classe trabalhadora, uma idosa pode explorar outra idosa, uma negra pode explorar outra negra. Os movimentos sociais devem, portanto, ter como cerne a luta de classes.

É preciso entender as classes como relações sociais que, como a nomenclatura sugere, não são átomos, mas necessariamente possuem vínculos, imbricamentos, enfim, estão consubstanciadas e são coextensivas com outras relações sociais, destacadamente as de sexo e raça. Admitir, pois, particularidades tais como as que afloram da orientação sexual, da identidade de sexo; da raça e das relações sociais de sexo não significa a defesa de uma lógica particularista, que simplesmente opõe uma forma de opressão a outra e dissemina entre os indivíduos uma noção de pertencimento exclusivo a um grupo, sem estabelecer interações com a totalidade social.

Para o entendimento do entrelaçamento entre sexo, raça e classe, trataremos das diferenças e semelhanças entre as concepções de interseccionalidade e consubstancialidade-coextensividade dessas relações, no item a seguir.

1.3.1 Consubstancialidade-coextensividade e interseccionalidade das relações sociais de sexo (e sexualidade)/gênero, raça/etnia e classe

O patriarcado-racismo-capitalismo é um sistema simbiótico vivo, forte e violento

(Táboas, 2014, p. 66)

A perspectiva da interseccionalidade é originária do *Black Feminism* (feminismo negro), movimento que criticou de maneira radical o feminismo branco, de classe média, heteronormativo (Hirata, 2014, p. 62). Ainda que o termo interseccionalidade tenha sido cunhado apenas em 1989, a preocupação em problematizar as opressões e suas interações já se fazia presente. De acordo com Brah (2007, p. 249):

Nos EUA as tensões políticas no feminismo envolvendo as inter-relações entre “raça” e outros fatores como classe e gênero datam das campanhas

antiescravidão. Durante a década de 1830, por exemplo, as mulheres estadunidenses se tornaram cada vez mais ativas no movimento abolicionista, contexto no qual aprenderam a defender seus próprios direitos de se envolver no trabalho político e onde suas experiências de relativa marginalização as compeliram a formar sociedades de mulheres antiescravagistas separadas [das sociedades antiescravagistas de homens]. A primeira sociedade feminina antiescravagista foi formada em 1832 por mulheres negras de Salem, Massachusetts, seguidas por sociedades similares estabelecidas por mulheres brancas de outros locais.

Flora Tristan,³³ em 1845 na França, também já problematizava a opressão das mulheres em sua interação com classe, quando publicou a obra *A emancipação da mulher* (inédita até 1846). Além de relacionar sexo e classe, Flora também questionou a condição das imigrantes na Europa, o que em alguma medida possibilitou a discussão do racismo, ainda que não tão desenvolvida.

Um dos mais significativos marcos da problematização sobre o entrelaçamento das opressões entre sexo, raça e classe foi um manifesto, de 1977, do Combahee River Collective.³⁴

Esse manifesto, além de denunciar o racismo no interior do movimento feminista de mulheres brancas, expõe a existência e a necessidade de análise do inter cruzamento das opressões por sexo, raça, classe, sexualidade. Além disso, aponta a centralidade da luta pela liberação das mulheres negras, o que demanda a luta contra não apenas o racismo, mas também contra as opressões sexistas, de classe e de sexualidade. Assim, esse Coletivo defende a necessidade de um movimento negro voltado para a superação do capitalismo, do imperialismo e do patriarcado — incluindo a heterossexualidade obrigatória (Combahee River Collective Statement, 1982 [1977]).

Nessa mesma perspectiva, ganham destaque na década de 1980 as publicações das feministas negras Angela Davis (2016) e Bell Hooks (1981) que publicam, respectivamente, *Women, race and class* e *Ain't I a woman? Black*

33. Flora Tristan, nascida em 1803 na França, mas de ascendência peruana, foi uma escritora e ativista socialista, considerada uma precursora do feminismo articulado ao socialismo. Escreveu em 1843 a obra *A união operária*, na qual defende a organização e a unidade da classe trabalhadora. Livro presente na biblioteca de Marx, que o influenciou assim como a Engels, na publicação do *Manifesto do Partido Comunista*, em 1848, quando defendem: “Trabalhadores de todo o mundo, uni-vos”, ideia antecipada por Flora no livro citado.

34. Coletivo formado em 1973, em Boston, por mulheres negras e lésbicas.

women and feminism. Ambas problematizaram a homogeneidade da categoria “mulher”, e afirmaram a necessidade de considerar a combinação das desigualdades de “raça” e classe social.

O termo interseccionalidade, no entanto, foi escrito pela primeira vez, segundo Hirata (2014), pela jurista afro-americana Kimberlé W. Crenshaw em 1989, quando juntamente com outras autoras inglesas, norte-americanas, canadenses e alemãs, passam a teorizar sobre o conceito.

Foi sob o estímulo do feminismo negro que, nos anos 1990, a problemática da interseccionalidade passa a ser desenvolvida nos países anglo-saxônicos.

De acordo com Hirata (2014, p. 69): “A interseccionalidade é vista como uma das formas de combater as opressões múltiplas e imbricadas, e portanto como um instrumento de luta política”.

Crenshaw (2002) buscou analisar os sistemas múltiplos de subordinação que são descritos de diferentes modos: discriminação composta, cargas múltiplas ou como dupla ou tripla discriminação. Para Crenshaw (2002, p. 177, destaques nosso), a interseccionalidade:

[...] busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como as políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento.

Utilizando uma metáfora de interseção, faremos inicialmente uma analogia em que os vários eixos de poder, isto é, raça, etnia, gênero e classe constituem as avenidas que estruturam os terrenos sociais, econômicos e políticos. [...] através delas que as dinâmicas do desempoderamento se movem. Essas vias serão por vezes definidas como eixos de poder distintos e *mutuamente excludentes*; o racismo, por exemplo, é distinto do patriarcalismo, que por sua vez é diferente da opressão de classe. Na verdade, tais sistemas, frequentemente, se sobrepõem e se cruzam, criando interseções complexas nas quais dois, três ou quatro eixos se entrecruzam.

Crenshaw dará ênfase “sobretudo as intersecções da raça e do gênero, abordando parcial ou periféricamente classe ou sexualidade” (Hirata, 2014, p. 62). Além disso, como podemos perceber na citação anterior, o seu método não apenas diferencia os eixos de subordinação, mas permite analisá-los de

maneira isolada um do outro. Eles podem se cruzar ou se sobrepor, como também se excluem mutuamente.

Diferentemente, a perspectiva da consubstancialidade/coextensividade das relações sociais defende um método de análise com o qual as relações sociais de sexo, raça e classe são apreendidas como indissociáveis. Esclarece-nos Kergoat (2012, p. 126-127):

As relações sociais são consubstanciais: elas formam um nó que não pode ser sequenciado no nível das práticas sociais, apenas em uma perspectiva analítica da sociologia; e elas são coextensivas: implantando as relações sociais de classe, de gênero e de “raça”, se reproduzem e se coproduzem mutuamente (tradução nossa).

Essa perspectiva é inaugurada no final dos anos 1970 por Danièle Kergoat. No seu surgimento, articulava apenas sexo e classe, mas tomou parte de um debate mais geral, no âmbito do feminismo francófono de perspectiva crítica, sobre a articulação entre produção e reprodução social. Mais tarde, Kergoat passa a trabalhar a imbricação entre sexo, raça e classe. Essa imbricação entre sexo, raça e classe não significa dizer que uma esgota a outra ou que se fundem de forma tal a não possuírem singularidades. Argumenta Kergoat (2010, p. 100):

A ideia de consubstancialidade [...] não implica que tudo está vinculado a tudo; implica apenas uma forma de leitura da realidade social. É o entrecruzamento dinâmico e complexo do conjunto de relações sociais, cada uma imprimindo sua marca nas outras, ajustando-se às outras e construindo-se de maneira recíproca. Como disse Roland Pfefferkorn, “essas relações estão envolvidas intrinsecamente umas com as outras. Elas interagem e estruturam, assim, a totalidade do campo social”. Mas o fato de as relações sociais formarem um sistema não exclui a existência de contradições entre elas: não há relação circular; a metáfora da espiral serve para dar conta do fato de que a realidade não se fecha em si mesma. Portanto, não se trata de fazer um tour de todas as relações sociais envolvidas, uma a uma, mas de enxergar os entrecruzamentos e as interpenetrações que formam um “nó” no seio da individualidade ou um grupo.

Com essa linha de pensamento, Kergoat (2010, p. 98) critica a perspectiva “geométrica” da interseccionalidade, pois afirma que “[...] pensar em

termos de cartografia nos leva a naturalizar as categorias analíticas [...]. Dito de outra forma, a multiplicidade de categorias mascara as relações sociais”.

Assim, além da caracterização geométrica e cartográfica, outra crítica à interseccionalidade é a incorporação de outras dimensões para além de classe, sexo e raça, que não são consideradas relações sociais estruturantes. Na verdade, o problema, a nosso ver, não está em considerar outras categorias, mas em desconsiderar as relações sociais antagonicas que determinam as desigualdades sociais. Segundo Hirata (2014, p. 65-66):

[...] o ponto essencial da crítica de Kergoat ao conceito de interseccionalidade é que tal categoria não parte das relações sociais fundamentais (sexo, classe, raça) em toda sua complexidade e dinâmica. Entretanto, há outra crítica que nem sempre fica explícita: a de que a análise interseccional coloca em jogo, em geral, mais o par gênero-raça, deixando a dimensão classe social em um plano menos visível.

Do ponto de vista da crítica à perspectiva geométrica/matemática, entendemos que classe, “raça” e relações sociais de sexo (incluindo a sexualidade) não compõem apenas relações superpostas, adicionais ou mesmo com “intersecções”, como defende Crenshaw (1989) entre as relações de “gênero” e “raça”. Considerarmos que elas são relações adicionais ou somáveis é cair na segmentação positivista de entendê-las separadas e não enoveladas dialeticamente, como defende Saffioti (2004, p. 125):

O importante é analisar estas contradições na condição de fundidas e enoveladas ou enlaçadas em um nó. [...] Não que cada uma destas condições atue livre e isoladamente. No nó, elas passam a apresentar uma dinâmica especial, própria do nó. Ou seja, a dinâmica de cada uma condiciona-se à nova realidade. De acordo com as circunstâncias históricas, cada uma das contradições integrantes do nó adquire relevos distintos. E esta motilidade é importante reter, a fim de não se tomar nada como fixo, aí inclusa a organização social destas subestruturas na estrutura global, ou seja, destas contradições no seio da nova realidade — novo patriarcado-racismo-capitalismo — historicamente constituída.

A ideia do nó nos lembra que, ao menos nas sociedades capitalistas, todo indivíduo pertence a uma classe, deve possuir um gênero (homem ou mulher) e é racializado. Contudo, esse indivíduo deve também ter uma expressão sexual e uma identidade de gênero, de modo que, sobretudo para

aqueles que transgridam as formas e modelos sexuais dominantes, a sexualidade também seja uma relação de poder, que se expressa nas formas de opressão e nos mecanismos de controle sobre o “sexo” (Toitio, 2013, p. 2-3).

A ideia do novo se diferencia da interseccionalidade, ao passo que nos ajuda a entender a proposta da consubstancialidade e da coextensividade. Um novo é feito com uma única linha, ainda que entrelaçada e que possa apresentar alguns nós, mas é uma, o que significa dizer que as dimensões de classe, raça e sexo são dialeticamente indissociáveis e entrelaçadas, não podem ser isoladas umas das outras (Pinheiro, 2016). Já na interseccionalidade não é uma única linha, são linhas diferentes que podem (ou não) se cruzar, ou melhor, não necessariamente o entrelaçamento será entre raça, classe e sexo. Assim, a perspectiva da consubstancialidade e da coextensividade:

[...] dá centralidade ao entrecruzamento dinâmico e complexo do conjunto das relações sociais, cada uma imprimindo sua marca nas outras, ajustando-se às outras e construindo-se de forma recíproca. Essas relações interagem e estruturam a totalidade do campo social e podem, inclusive, entrar em contradição entre si (Toitio, 2013, p. 2).

Nesse sentido, é importante compreender que essas relações se fundem entre si, uma não esgota a outra, tanto que podem entrar em contradição entre si, posto que se inscrevem na dinâmica dialética e conflitual entre patriarcado-racismo-capitalismo. A linha do novo é, portanto, esse sistema simbiótico, como nos aponta Saffioti (1987, p. 60):

Com a emergência do capitalismo, houve a simbiose, a fusão, entre os três sistemas de dominação-exploração [...]. Só mesmo para tentar tornar mais fácil a compreensão deste fenômeno, podem-se separar estes três sistemas. Na realidade concreta eles são inseparáveis, pois se transformaram, através deste processo simbiótico, em um único sistema de dominação-exploração, aqui denominado patriarcado-racismo-capitalismo.

Apenas a análise de classe limitada a uma visão economicista não é suficiente, ao contrário, muitas vezes, cometeu ou ainda comete equívocos de não considerar a diversidade humana em sua totalidade. Da mesma forma, apenas a análise da condição de sexo seria insuficiente sem considerar a classe e a raça. Assim como a raça sem o sexo e a classe, também não cor-

responde a análise das desigualdades em sua dinâmica, complexidade e totalidade. Ou seja, não há como isolar nenhuma dessas dimensões umas das outras.

Outra dimensão importante a se considerar é a condição de quem vivencia na pele essas desigualdades, aliás, precisa não apenas ser considerada, mas ouvida e escrita pelos próprios sujeitos (negras/os, indígenas, mulheres, LGBTQs) e por todos/as que, de fato, comungam com a luta por igualdade social. É, portanto, “indispensável integrar plenamente em nossas análises os efeitos conjugados de várias relações sociais de poder: de sexo (inclusive sexualidade), de classe e de ‘raça’” (Falquet, 2008, p. 122). Para isso, é fundamental considerar, “sobretudo as interpretações das feministas racializadas e/ou proletárias e/ou lésbicas que devem, a meu ver, ser ouvidas e estudadas, se desejarmos produzir uma teoria e uma prática úteis à transformação social radical mais do que nunca necessária” (Idem). Esse entendimento parte da crítica de que:

[...] as definições vigentes de neutralidade, objetividade, racionalidade e universalidade da ciência, na verdade, frequentemente incorporam a visão do mundo das pessoas que criaram essa ciência: homens — os machos — ocidentais, membros das classes dominantes [não negras] (LOWY, 2009, p. 40, inclusão nossa).

Em outras palavras, é importante partir da epistemologia feminista para construir conhecimento com ponto de vista situado, não de quem olha por cima para escrever sobre e sem as mulheres, negras, indígenas, lésbicas, bissexuais e trans.

Ressaltamos a importância da perspectiva da interseccionalidade, especialmente, por advir da militância das mulheres negras que passaram a exigir o seu reconhecimento político e a percepção de sua opressão particular. Ao reivindicar a raça, muitas mulheres também trouxeram o debate da classe, pois na condição de sujeito político as mulheres negras são, em sua maioria, marcadas por condições de exploração e pobreza. Logo, as mulheres negras contribuíram (e contribuem!) sobremaneira para o fortalecimento de uma perspectiva crítica, classista e antirracista para o feminismo. Por outro lado, embora muitas feministas adeptas da interseccionalidade trabalhem com as dimensões de raça, classe e sexo, não há uma obrigatoriedade de partir de uma expressão específica para se fazer a análise interseccional. Isso

significa dizer que se podem considerar apenas algumas diferenças interseccionais, sem, necessariamente, remeter à análise dos sistemas de desigualdades de sexo, raça e classe. Esses sistemas são, portanto, relativizados ou mesmo prescindidos diante de outras expressões sociais da diversidade humana, como geração, nacionalidade e religião.

Embora reconhecemos a importância da perspectiva da interseccionalidade, inclusive, não apenas como arma crítica, mas como instrumento de luta, entendemos que a consubstancialidade-coextensividade, do ponto de vista do método de análise, oferece melhor correspondência ao materialismo histórico-dialético, tanto por não compreender as relações sociais estruturantes (sexo-raça e classe) em uma perspectiva geométrica, como por considerá-las de forma indissociável. A escolha dessas três relações não é aleatória, tampouco desconsidera a existência de outras expressões da diversidade humana, a exemplo de geração e religião. Todavia, as desigualdades sociais, permeadas por grupos/classes antagônicos que estabelecem exploração de um sobre outro, necessariamente, são entrelaçadas por classe, sexo e raça.

Assim, na perspectiva da consubstancialidade/coextensividade, nenhuma análise sobre as desigualdades pode prescindir dessas três relações sociais como estruturantes dos sistemas de exploração, ainda que possam ter mediações com outras opressões, embora sem relativizá-los ao ponto de estabelecer o mesmo estatuto teórico para relações diferenciadas. Em outras palavras, entende-se que essas relações sociais são estruturantes das desigualdades, embora não esgotem todo o debate da diversidade humana. A questão está em entender que diferenças e desigualdades não se confundem. Diferenças, inclusive, são necessárias, desde que não sejam transformadas em desigualdades e, sim, sejam possibilitadoras da pluralidade e diversidade humanas.

Assim, trabalhar com a consubstancialidade não impede de se trabalhar, por exemplo, com geração. Todavia, as relações sociais determinantes para a análise das desigualdades que envolvem a questão geracional serão classe, raça e sexo (incluindo sexualidade).

Para Hirata (2014, p. 63), o ponto maior de convergência entre a perspectiva da interseccionalidade e da consubstancialidade-coextensividade “é a proposta de não hierarquização das formas de opressão”. Entendemos a importância e o desafio de não hierarquizar categorias ou mesmo relações

sociais. Defendemos, entretanto, a determinação econômica, em última instância, que a classe empreende o que, para nós, não significa hierarquizar, mas reconhecer que mulheres, homens, a população LGBT, negra e indígenas são divididos entre si pela estrutura das classes sociais. Assim, embora tenham dimensões em cada um desses grupos que os identificam e os particularizam, a classe não apenas os divide irremediavelmente, como também diferencia a própria vivência das opressões. Mais uma vez, insistimos, isso não significa que tudo se esgota na classe ou que ela por si só seja suficiente para explicar os fenômenos. Apenas entendemos que é por meio da conformação e dinâmica das classes que as explorações e opressões se processam. Classes que, por sua vez, possuem sexo e raça. Como afirma Julie Matthaei (2002, p. 44), “não são contas distintas de um ‘rosário’ da identidade de alguém, mas sim processos interdeterminantes”.

É nessa compreensão que entendemos a classe como uma totalidade, conformada em relações sociais concretas (incluindo sexo e raça), ao mesmo tempo que pode se constituir como um sujeito político universal voltado para a emancipação humana.

Atividades complementares e dicas culturais

Exercício 1

Objetivo: analisar criticamente a naturalização ideológica e a biologização dos papéis patriarcais impostos às mulheres.

Você já parou para refletir o porquê de a palavra homem ser comumente utilizada para representar toda humanidade? Se utilizássemos apenas pronomes femininos para nos referir aos homens e às mulheres, isso provocaria estranheza? Por quê?

Dica 1: a construção da nossa língua oficial é resultado de um processo de colonização patriarcal, cujas marcas são também sentidas na gramática.

Dica 2: como deliberação do 39º Encontro Nacional CFESS-CRESS realizado em 2010, foi alterado, pelo CFESS em 2011, o Código de Ética do(a) Assistente Social para contemplar o “reconhecimento da linguagem de gênero, adotando-se em todo o texto a forma masculina e feminina, simultaneamente. [...] expressa, para além de uma mudança formal, um posicionamento político, tendo em vista contribuir para negação do machismo na linguagem, principalmente por ser a categoria de assistentes sociais formada majoritariamente por mulheres” (In: CFESS, Código de Ética do(a) Assistente Social).

Assista ao curta: “Acorda, Raimundo... Acorda!” (disponível no Youtube — 15 minutos de duração) e reflita sobre os papéis e atribuições considerados masculinos e femininos. Com base no vídeo, debata:

1. Se no lugar de Raimundo fosse uma mulher, o mundo vivenciado no sonho do protagonista teria alguma semelhança com o mundo real? O mundo vivenciado no sonho de Raimundo provoca estranheza? Por quê?
2. Como você analisa os papéis atribuídos aos homens e às mulheres na realidade e no filme?
3. Que mundo você quer contribuir para construir?

Exercício 2

Objetivo: refletir, com uma perspectiva feminista, sobre a importância da desnaturalização do modelo patriarcal de mulher.

Ouçã e leia na íntegra a música “Triste, louca ou má”, de Francisco, el Hombre, e debata em grupo com suas e seus colegas:

“Triste, louca ou má
Será qualificada
Ela quem recusar
Seguir receita tal
A receita cultural
Do marido, da família [...]”

1. Como as mulheres são educadas? A quais interesses a educação sexista atende?
2. Qual a importância de as mulheres se apropriarem de si mesmas e deixarem de ser apropriadas a serviço dos desejos alheios, em detrimento dos seus?

Dica: está disponível no Youtube o videoclipe dessa música, que apresenta mulheres negras e gordas “desatando nós” de padronizações. Vale a pena conferir!

Exercício 3

Objetivo: analisar a divisão sexual do trabalho e a apropriação do tempo das mulheres.

Divida a turma em quatro grupos. Cada um desenhará um relógio, com as 24 horas do dia.

Para a construção dos relógios, considerar o que em geral ocorre, hegemonicamente, na maioria das famílias.

Grupo 1. Descrever em cada hora as atividades que, em geral, um homem realiza durante um dia útil.

Grupo 2. Descrever em cada hora as atividades que, em geral, um homem realiza durante um dia de domingo.

Grupo 3. Descrever em cada hora as atividades que, em geral, uma mulher realiza durante um dia útil.

Grupo 4. Descrever em cada hora as atividades que, em geral, uma mulher realiza durante um dia de domingo

Após a apresentação dos desenhos, observar conjuntamente quem trabalha mais e como se dá a apropriação do tempo das mulheres, provocando o debate coletivo em torno de perguntas como: Quem tem mais tempo livre? Quem tem tempo para si? Quais as implicações disso para a vida das mulheres?

Dica: marque os horários de acordar e dormir, além de todas as tarefas que você realiza ao longo do dia. Como está organizado o seu tempo? Como está organizado o tempo das demais pessoas do grupo? Quais as diferenças? O que explica essa situação?

Exercício 4

Objetivo: refletir sobre a diversidade sexual e a opressão vivenciada numa sociedade heteropatriarcal-racista-capitalista.

Ouçã e leia na íntegra as músicas “Avesso”, de Jorge Vercillo; “Mar e Lua”, de Chico Buarque; e “Flutua”, de Johnny Hooker e, em grupo, reflita com suas e seus colegas as dificuldades que um casal constituído por indivíduos LGBT pode sofrer em uma sociedade heterossexista, simplesmente para vivenciar livremente seus sentimentos.

“Com dois canos pra mim apontados
Ousaria te olhar, ousaria te ver
Num insuspeitável bar, pra decência não nos ver
Perigoso é te amar, doloroso querer
[...] Somos homens pra saber o que é melhor pra nós
O desejo a nos punir, só porque somos iguais
A Idade Média é aqui [...]” (Jorge Vercillo)

“Amaram o amor serenado
Das noturnas praias
Levantavam as saias
E se enluaravam de felicidade
Naquela cidade
Que não tem luar [...]” (Chico Buarque)

“Um novo tempo há de vencer
Pra que a gente possa florescer
E, baby, amar, amar
Sem temer [...]” (Johnny Hooker)

Exercício 5

Objetivo: debater diversidade humana em uma perspectiva classista e de totalidade.

Pesquise na internet obras artísticas que retratem a diversidade humana e, ao mesmo tempo, a necessidade de unidade de classe, como a tela *Operários* de Tarsila do Amaral. Troque essas imagens com seus colegas e reflitam coletivamente sobre diversidade humana e pertencimento de classe.

Dica: aproveitem para conhecer um pouco mais de arte e da sua importância para a sociedade!

Sugestões bibliográficas

KAY, Jackie. *O trompete*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

MÃE, Valter Hugo. *O filho de mil homens*. São Paulo: Cosac Naify, 2012. Capítulo IV: O filho da Matilde.

WOOLF, Virgínia. *Um teto todo seu*. São Paulo: Tordesilhas Alaúde, 2014.

Filmografia

Há muitos filmes disponíveis que permitem a reflexão sobre a temática do feminismo e da diversidade sexual, fizemos uma pequena indicação a seguir. Um bom exercício é criar um mural onde cada pessoa poderá contribuir inserindo uma dica de filme sobre essas temáticas e, assim, complementaremos as sugestões com a participação de todos(as).

A guerra do fogo (França, Canadá, 1981). Direção: Jean-Jacques Annaud

O filme retrata a história do fogo cruzada com a da humanidade em busca de condições de sobrevivência.

Indicado para refletir sobre o papel dos indivíduos na história e sobre a importância das escolhas em nossas vidas.

A vida dos outros (Alemanha, 2006). Direção: Florian Henckel von Donnersmarck

O filme mostra as complexas questões no campo da ética e da política.

Indicado para refletir sobre a capacidade humana de enfrentar situações adversas e sobre a relevância da coragem e do posicionamento ético-político.

Acorda, Raimundo... Acorda! (Brasil, 1990). Direção: Alfredo Alves

Trata-se de um curta de 15 minutos que inverte os papéis patriarcais atribuídos socialmente aos homens e às mulheres. Indicado para debater criticamente a divisão sexual do trabalho, e a naturalização da opressão e da exploração sobre as mulheres nas relações familiares.

As horas (Reino Unido-EUA, 2002). Direção: Stephen Daldry

Conta a história de três mulheres, cada uma em uma época (entre as décadas de 1920 e 1990) e lugares diferentes. Ligadas por um elemento comum, a opressão social de sexo, essas mulheres enfrentam tempos marcados por angústias (as horas difíceis de passar) e buscam uma vida com sentido. Indicado para refletir sobre a necessidade de autonomia e liberdade para as mulheres em diferentes contextos históricos.

Estrelas além do tempo (EUA, 2016). Direção: Theodore Melfi

Em plena Guerra Fria, Estados Unidos e União Soviética disputam a supremacia na corrida espacial, ao mesmo tempo que a sociedade norte-americana lida com uma profunda cisão racial, entre brancos e negros. Tal situação é refletida também na Nasa, onde um grupo de funcionárias negras é obrigada a trabalhar à parte. É lá que estão Katherine Johnson (Taraji P. Henson), Dorothy Vaughn (Octavia Spencer) e Mary Jackson (Janelle Monáe), grandes amigas que, além de provar sua competência dia após dia, precisam lidar com o preconceito arraigado para que consigam ascender na hierarquia da NASA. Indicado para refletir sobre divisão sexual e racial do trabalho.

A fonte das mulheres (França, 2012). Direção: Radu Mihaileanu

O filme (baseado em fatos reais) mostra a organização de uma sociedade pautada no patriarcado. Indicado para debater sobre a importância da organização das mulheres contra a exploração patriarcal sofrida em comum.

A pele que habito (Espanha, 2011). Direção: Pedro Almodóvar

O protagonista do filme passa por uma alteração física no seu corpo, a sua revelia, para ser transformado em uma mulher. Mesmo com todas as alterações provocadas, permanece com a mesma identidade de sexo. Filme indicado para discutir identidade de sexo-gênero.

A cor púrpura (EUA, 1985). Direção: Steven Spielberg

Aborda a violência sexual de um pai sobre sua filha, uma jovem negra que engravida de gêmeos nesse estupro e, logo após parir, é separada de seus filhos e doada para ser escrava e dama de companhia. Indicado para debater violência contra a mulher e racismo.

Desejo proibido (EUA, 2000). Direção: Jane Anderson, Martha Coolidge e Anne Heche

Compostos por três curtas que tratam sobre mulheres lésbicas em três diferentes décadas. O primeiro, da década de 1960, retrata a morte repentina de uma personagem que deixa a companheira de 50 anos que, além da dor, tem de silenciosamente enfrentar o drama com os herdeiros e o hospital por não ser considerada da família. O segundo curta retrata, na década de 1970, a expulsão de uma feminista, juntamente com outras três amigas de um grupo de mulheres da faculdade, por serem lésbicas. O último data dos anos 2000, relata a história de duas lésbicas que querem ter um bebê, mas querem que o filho seja só delas. Indicado para refletir sobre lesbofobia e dramas de mulheres lésbicas em diferentes contextos históricos.

Divinas divas (Brasil, 2016). Documentário. Direção: Leandra Leal

Rogéria, Valéria, Jane Di Castro, Camille K, Fujika de Holliday, Eloína dos Leopardos, Marquesa e Brigitte de Búzios formaram, na década de 1970, o grupo que testemunhou o auge de uma Cinelândia repleta de cinemas e teatros. O documentário acompanha o reencontro das artistas para a montagem de um espetáculo, trazendo para a cena as histórias e memórias de uma geração que revolucionou o comportamento sexual e desafiou a moral de uma época. Indicado para refletir sobre liberdade sexual.